



# DADOS DE COPYRIGHT

## Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

## Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.org](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#).

*"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."*





Albano Estrela

As Memórias que Salazar

não Escreveu

Entre o Amor e a Morte, o Reinado da Política

**Revisão e Formatação:**

<http://groups.google.com/group/digitalsource>

Digitalização e tratamento do texto por João Estêvão esta obra foi digitalizada para uso exclusivo por parte de deficientes visuais.

1

1 Este livro foi digitalizado e distribuído GRATUITAMENTE pela equipe Digital Source com a intenção de facilitar o acesso ao conhecimento a quem não pode pagar e também proporcionar aos Deficientes Visuais a oportunidade de conhecerem novas obras.

Se quiser outros títulos nos procure [http://groups.google.com/group/Viciados\\_em\\_Livros](http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros), será um prazer recebê-lo em nosso grupo

Um amigo meu, que da coisa

política tinha o sentido da oportunidade e do humor a mestria, queixava-se de Salazar, no dia seguinte ao da sua morte, por ele não ter deixado escritos íntimos - nem memórias, nem diário. Apenas agendas, com as anotações do dia-a-dia, apenas cartas, que não davam a dimensão da densidade, da complexidade da personagem. E acrescentava que, se esses escritos nunca viessem a aparecer, a Pátria ficaria viúva, duplamente viúva: do homem e da sua alma. Por isso, concitava os intelectuais, "urbi et orbi", a meterem mãos à obra, a fim de produzirem o diário que nos faltava e, assim, colmatarem tão grande falha na História de Portugal!

Uma brincadeira... que eu tomei a sério, vinte e tal anos depois, num dia em que me faltava assunto para as minhas ficções e me sobrava curiosidade pela figura de Salazar.

A.E.

ASA

© 1999. Albano Estrela

Capa de Paulo Bastos,

a partir de uma pintura de Ana Viana.

1ª Edição: Abril de 1999

ISBN 972-41-2055-4

Depósito Legal n- 135003/99

Reservados todos os direitos

ASA Editores S.A.

Sede

Av. da Boavista, 3265 - Sala 4.1

Apartado 4263 - 4004 Porto Codex - Portugal

E-mail: edicoes.asa@mail.telepac.pt

Internet:www.asa.pt

Delegação em Lisboa

Av. Dr. Augusto de Castro, lote 110

1900 Lisboa - Portugal

Se alguns foram os amigos que me ajudaram

na realização deste livro, a um, ao Jorge do Ó,

devo eu mais do que aos outros.

A todos, o meu reconhecimento.

ÍNDICE

Uma explicação quase necessária

As minhad's conversas com Salazar

O Rei que não queria ser rei

A oculta força do afecto

A música interior

Eu, o noivo de Portugal? Curioso

Meu pai, meu general, meu amigo

O Exercício do poder – Missão e Vocação

Eu não tenho ambições pessoais, tenho ambição política E nós dois Portugal fomos

Eu sou um rural que trouxe o silêncio dos campos para dentro dos gabinetes

Da Arte do equilíbrio às artimanhas dos procederes Se a política não fosse a arte da astúcia

No ocaso da vida, uma réstia do sol da glória

Nem tudo o que é legal é moral

Para que servisse de exemplo

Não deixemos que os falsos profetas desviem a nossa juventude do caminho do dever

Vivemos no limiar de um mundo novo - o da irracionalidade do colectivo Vinganças, medos, invejas. O lado de dentro do acto político Uma ofensa? Não, nunca perdo

Mas, afinal, por que invejava eu esse homem?

Em Portugal, nunca haverá um Maio de 68

A palavra da Igreja nem sempre é a palavra de Deus.

O Remorso, esse sopro da morte

Esse pântano do absurdo que é o nosso inconsciente Apenas um sonho?

Meu Deus, meu Deus, por que me abandonas?

UMA EXPLICAÇÃO QUASE NECESSÁRIA

Um amigo meu, que da coisa política tinha o sentido da oportunidade e do humor a mestria, queixava-se de Salazar, no dia seguinte ao da sua morte, por ele não ter deixado escritos íntimos nem memórias, nem diário. Apenas agendas, com as anotações do dia-a-dia, apenas cartas, que não davam a dimensão da densidade, da complexidade da personagem. E acrescentava que, se esses escritos nunca viessem a aparecer, a Pátria ficaria viúva, duplamente viúva: do homem e da sua alma. Por isso, concitava os intelectuais, «urbi et orbi», a meterem mãos à obra, a fim de produzirem o diário que nos faltava e, assim, colmatarem tão grande falha na História de Portugal!

Uma brincadeira... que eu tomei a sério, vinte e tal anos depois, em dia em que me faltava assunto para as minhas ficções e me sobrava curiosidade pela figura de Salazar - o da alma encoberta... E aí começaram os meus trabalhos, pois a tarefa, que se me afigurava fácil, foi-se transformando em algo de complicado, a exigir tempo e cuidados redobrados, que se prolongaram por mais de dois anos de pesquisa, de leitura,

de reflexão. Dois anos para recriar a personagem e por ela me deixar possuir. O resultado são «As Memórias que Salazar não Escreveu», em que, por artifício da criação literária, uma hipotética amiga (e confidente) de Salazar, alguém que o teria acompanhado nos seus últimos vinte meses de vida - M. C., a amiga que, em 1972, antes de deixar Portugal, me teria confiado o manuscrito das suas conversas com Salazar, com o pedido de que o mesmo só fosse publicado em finais do século XX. Por via disso, cá estou eu, agora, a fazê-lo...

Uma reflexão, penso eu que se impõe: pôr Salazar a falar de si mesmo, em interlocução com pessoa amiga que o não contradiga, acarreta um risco - o do pintor que retrata o príncipe zarolho, colocando-se do lado do olho que não tem defeito... Não o fiz expressamente, mas o resultado é idêntico: a perspectiva em que me coloquei leva a um acentuar do que é positivo, ocultando aspectos negativos. Não é fácil pôr alguém a autocriticar-se, a desvalorizar-se, especialmente quando esse alguém só admite uma verdade - a sua verdade!

A ficção que construí assenta no estudo aturado, na reflexão cuidada de acontecimentos ocorridos em vários períodos da vida e da acção política de Salazar - e do que ele deles pensava. A escolha do período de 1968 a 1970 (os últimos vinte meses da sua vida), para localização dos diálogos entre Salazar e a sua confidente, decorreu do conhecimento que tive de documentos e de testemunhos de pessoas que o acompanharam nessa época - a época que se segue ao seu acidente e em que ele é declarado incapaz para o exercício do poder. Poder que - supunha-se - Salazar pensaria ainda exercer, pois ocultada lhe foi a sua destituição e substituição por Marcello Caetano, na presidência do Conselho de Ministros. Esta, a tese oficial, esta, a posição que Salazar assumia perante aqueles que o visitavam. Mas... teria sido mesmo assim? Não teria Salazar momentos de lucidez, em que tinha consciência da sua situação -

pessoal e política? Este é o meu ponto de partida, a minha suposição de base, em grande parte alicerçada nos testemunhos acima referidos, nomeadamente em algo que nos diz o biógrafo de Salazar, Franco Nogueira. No último volume da sua biografia (1), ele escreve, utilizando uma nota de rodapé:

«Ainda quando no governo com Marcello Caetano, e depois de haver obtido a minha exoneração, visitei frequentes vezes Oliveira Salazar. No meu espírito, não tive então nem tenho hoje a menor dúvida de que Salazar ignorava em absoluto que já não era presidente do Conselho. Não lhe ocorria mesmo que, por motivo de doença, pudesse deixar de o ser: não tinha consciência da gravidade da doença, não se dava conta de quanto tempo tinha estado e estava doente, não se apercebeu das diminuições mentais que tinha sofrido. Disse-me uma vez: "calcule o senhor que as enfermeiras me obrigaram hoje a andar no parque, debaixo de chuva, e com uma pessoa atrás de chapéu de chuva aberto!" E a rir. "Já viu o que há de ridículo em o presidente do Conselho andar a passear com chuva e de sombrinha aberta!?" Poderia referir outros episódios análogos, também acontecidos comigo, ou que foram relatados por outras pessoas. Todavia, a mulher do autor deste trabalho, que também visitou então separadamente Salazar muitas vezes, e o acompanhou em passeios de automóvel nesta época, tem uma opinião inteiramente oposta-, sabia que já não era presidente do Conselho, mas o próprio estado de morbidez levava-o a não admitir as consequências do facto perante si mesmo.»

Atente-se na finura do autor, que alinha pelas «teses oficiais» sobre o estado de consciência de Salazar, mas que atribui opinião diferente a sua esposa, que, de facto, o acompanhou muito mais de perto.

Também o médico que assistiu Salazar durante esse período, professor Eduardo Coelho, tem o cuidado de nos fornecer um conjunto de pistas muito interessantes que vão no mesmo sentido (2) e que fazem luz

sobre aspectos que ainda não tinham sido postos em relevo. Outros testemunhos poderiam ainda ser invocados, como o de Costa Brochado, jornalista, político e historiador, que, nas suas «Memórias» (3), nos relata uma conversa tida com Salazar, em 1969.

Estes, alguns dos suportes que me serviram de ponto de partida para estruturar a narração. Por outro lado, os sonhos, os temas das conversas que eu atribuo a Salazar e à sua confidente correspondem a situações, a acontecimentos históricos em que Salazar participou ou de que teve conhecimento directo. Para os estabelecer e seleccionar, tive de proceder a uma exaustiva recolha e análise histórica. O resto... é ficção! E da sua liberdade de ficção nenhum autor deve abdicar! Mas contribuirá esta ficção para um conhecimento mais aprofundado do homem que governou Portugal durante quarenta anos? Se a literatura nem sempre constitui a melhor forma de nos dar a dimensão da História, ela é, sem dúvida, o meio mais poderoso para conhecer a alma dos seus protagonistas. E conhecer Salazar, que tanto ódio, tanta perplexidade e admiração suscitou, não é tarefa fácil. Se o meu trabalho não atingir esse desiderato, pelo menos terá um mérito: convidar-nos a descer ao mundo interior de Salazar - parcela do céu, parcela do inferno, onde os seus fantasmas (que também são os de cada um de nós) coabitaram e se degladiaram na busca do caminho para o que está para além da morte.

Porto, 6 de Agosto de 1998

Albano Estrela

*1 Salazar, O Último Combate (1964-1970), Vol. VI, Porto, Livraria Civilização Editora, 1985, pp. 427-428.*

*2 Eduardo Coelho e António Macieira Coelho, Salazar, o Fim e a Morte. História de uma Mistificação, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, pp. 17-85.*

*3 Costa Brochado, Memórias de Costa Brochado, Lisboa, Livraria Popular Francisco Franco, L.da, 3ª edição, 1987, pp. 482-484.*

As minhas conversas com Salazar

Hoje, dia 6 de Novembro de 1972, passados que foram mais de dois anos sobre a morte de Salazar, tomei uma decisão: dar forma definitiva aos textos que sobre ele fui escrevendo. Várias razões contribuíram para tal, uma mais do que qualquer outra: dentro de dias, parto para os Estados Unidos da América, a refazer a minha vida - pessoal, profissional. Para trás, ficam mais de quarenta anos de vivência por terras portuguesas - uma família que se desfez, os pais que perdi, a profissão que abandonei. Enfim, um passado em vias de desaparecimento.

Os amigos, esses, nunca os esquecerei - Salazar, de entre todos o mais ilustre, o mais imprevisível, o mais fascinante. Embora o conhecesse há muito, as relações de proximidade só se foram entretecendo nos seus últimos anos de vida, o último a sobrepor-se aos anteriores. Das horas que passámos juntos - no Hospital da Cruz Vermelha, na sua residência de S. Bento, nas saídas de carro pelas tardes de sol -, dessas horas de fulgor, guardo a memória do que é intenso e único, que fez a diferença na minha vida. Uma experiência fabulosa, de que procurei dar testemunho num conjunto de escritos que fui coligindo, fruto das nossas conversas durante o período da sua doença. Textos que estou, agora, a acabar de reescrever, de organizar, pois quero deixar obra acabada antes de partir. Textos que encerram um mistério que nunca poderei desvendar: por que fui eu a escolhida por Salazar para sua confidente, nos

seus últimos tempos de vida? Sempre senti essa escolha como uma «dádiva», no sentido bíblico do termo. O conhecimento que Oliveira Salazar tinha de mim, da minha família, dos meus amigos, nunca me pareceu tão decisivo quanto ele o dizia. Teria sido eu digna dessa escolha, dessa confiança? Tentei, sem dúvida que tentei, mas penso que fiquei muito aquém do que ele de mim esperava: nem sempre o compreendi, o interpretei como ele merecia, nem sempre consegui transmitir o seu pensamento com a elevação de que ele se revestia. E, talvez, o que ainda é mais gravoso, nem sempre soube transmitir toda a riqueza dos nossos diálogos.

A pergunta que me atormenta há anos, volta hoje a pôr-se: o que fazer com estes escritos? Será legítimo publicá-los? Darão eles a dimensão da estrutura complexa, da densidade psicológica de Oliveira Salazar? E quem poderá garantir a sua autenticidade, agora que o doutor Salazar morreu e ninguém mais pode testemunhar da veracidade das nossas conversas? A estas questões, será ainda de juntar uma outra: a polémica que poderão provocar não será negativa para a imagem do antigo presidente do Conselho de Ministros?

Salazar despertou tanta admiração e tantas animadversões que o testemunho objectivo que procurei transmitir talvez não seja compreendido.

Penso que a única forma de sair desta encruzilhada será seguir a sugestão de Salazar, quando me propôs que publicasse «As Minhas Conversas com Salazar» (como ele lhes chamava, brincando), mas nunca antes de trinta anos após a sua morte. Se assim se fizer, a sua publicação será catapultada para o final do século. «Antes, parece-me prematuro e mesmo desnecessário...», disseme ele, durante uma das nossas conversas, no automóvel dos nossos passeios.

Creio que Salazar, uma vez mais, tinha razão. Por isso, ultimei, durante estes meses, a reescrita dessas conversas e procurei dar-lhes uma certa ordenação -

mais a das temáticas do que a do tempo. Agora, em vésperas da minha partida para a América, vou entregar o manuscrito a um amigo, a fim de que ele o preserve e possa tratar da sua divulgação daqui a três dezenas de anos. Como esse amigo é mais novo do que eu, presumo que ainda seja vivo em finais do século. Eu... é natural que já não pertença a este mundo! Foi esta a grande decisão que tomei.

E foi também todo este conjunto de pensamentos que me levou a visitar, ontem, dia 5 de Novembro, o cemitério do Vimieiro, a despedir-me do meu Amigo. À porta, postava-se um guarda-republicano, que não opôs qualquer dificuldade à minha entrada (diziam-me que o cemitério estava guardado por forças policiais, mas não era bem assim...). Lá dentro, fácil foi localizar a campa de Salazar, coberta de flores, trazidas por admiradores, populares, instituições que ele tinha fundado, dirigido - a União Nacional (a ex-União Nacional...), a Legião Portuguesa -, grémios, corporações, o governo. Uma montanha de ramos e de pétalas, a abrirem-se em cor, cheiro, beleza, ao sol dessa manhã luminosa de Outono. E a lembrarem-me a saudade, a consideração dos vivos, por quem os havia governado durante quarenta anos.

Tudo tão suave, tão fragrante... a paz dos mortos a impor-se aos vivos. A doçura de um cemitério de aldeia, o último refúgio de Salazar, na busca da paz que lhe fugiu em vida. O coveiro, ao ver-me tanto tempo parada junto à sepultura, foi-se aproximando e acabou por vir à fala: «Já vi que a senhora não esteve cá no Dia de Finados. Mas ainda bem, era tanta a gente que nem dava para chegar à campa...» A conversa estava entabulada: quis saber quem eu era -

conhecida, amiga do Senhor Doutor, pessoa da terra? «Apenas uma portuguesa, que vem visitar a campa



de um antigo governante», foi a resposta que me ocorreu, a preservar o meu anonimato. O que o sossegou e o levou a falar de Salazar, do seu apego à terra, à sua quintarola do Vimieiro («Num ano, o arranjo do murinho, noutro, a vinha nova»), as visitas às irmãs. «Mas o que pensava dele o povo da sua terra? Era bem visto?», quis eu saber. «Por uns, sim, por outros, nem tanto. Enfim, invejas, sabe como é.» E contou-me algumas histórias que por lá circulavam, a atestarem diferenças de opiniões e de sentires.

Entre elas, uma conversa que Salazar teria tido com o cunhado, um dos Pais de Sousa, casado com uma irmã. Antes das partilhas da herança familiar terem sido feitas, Salazar teve o cuidado de ouvir as irmãs, de mandar fazer avaliações, enfim, procedeu de modo a que a divisão fosse a mais equitativa possível. Tudo foi correndo bem até que alguém o alertou para um certo descontentamento de que o cunhado parecia dar mostras. Assim, na primeira oportunidade, Salazar quis saber das suas razões: «Ó Pais de Sousa, disseram-me que anda aborrecido com as partilhas, acha que há alguma coisa errada?»

Que não, que achava justa a divisão, que nada tinha a reclamar. Mas, enquanto dizia isso, a voz velava-se-lhe e o olhar desviava-se-lhe, o que levou Salazar a insistir sobre o mal-estar que nele pressentia. E o Pais de Sousa lá confessou que só havia uma coisa de que tinha pena: separar-se de um carvalho gigante, a cuja sombra se recolhia no Verão, para proceder às suas leituras de férias, carvalho agora integrado na parte que cabia a Salazar. Que esse era o seu único pesar.

Salazar, ao ouvi-lo, sorriu e, de pronto, deu a solução: «Oh homem, lá por isso, não fique apoquentado: você fica com a sombra e eu fico com o carvalho!» E o coveiro, entre mordaz e admirador, finalizou a nossa conversa: «Foi o que ele fez ao país - pô-lo à sombra...»

Esta história mais ainda corroborou a minha intenção de assegurar a publicação dos textos que tenho entre mãos, pois poderão constituir antídoto adequado para as anedotas que por aí andam e andarão - a circular. Penso que Salazar não merece que dele se faça uma opinião tão estereotipada quanto a que sobre ele se está a formar. O futuro o julgará - e os que, um dia, me lerem poderão dizer da oportunidade destes meus testemunhos para o bom fundamento do seu julgamento.

Lisboa, 6 de Novembro de 1972

M. C.

## O REI QUE NÃO QUERIA MORRER

Antes de entrar nos aposentos de Salazar, costumo encontrar-me com a D.

Maria, a saber como tem passado, se precisa de alguma coisa. Embora já tenha voltado à «sua» residência de S. Bento, sinto-a abatida, às vezes tão triste, que tenho vontade de a abraçar, de lhe dar o meu ombro para que nele possa chorar. Mas esta mulher admirável de dedicação, de fidelidade a Salazar, esta mulher, nunca chora. Tem a força do povo e a compostura de uma dama da sociedade. Penso que não é só a doença de Salazar que a entristece assim, mas também esta prisão, esta dependência em que a doença de Salazar a coloca.

Hoje, ela esperava-me nos jardins. Agarrou-me nas mãos logo que me viu e levou-me para uma salinha, que serve de antecâmara aos visitantes do enfermo ilustre.

- O Senhor Doutor anda muito deprimido, mas não se abre comigo.

Noutro dia, perguntei-lhe por que chorava. Suspirou e apenas me disse: «É a minha vida.» Mas com uma voz tão desanimada que eu tive de lhe voltar as costas para que ele não me visse fraquejar. Ontem, perguntei-lhe se queria que eu chamasse alguém com quem se abrisse. Ele ficou muito tempo calado e, por fim, quando eu já ia a sair do quarto, quis saber por que é que a senhora não o vinha visitar mais vezes. Para quem o conhece, a resposta estava dada. Peçolhe, tenha paciência, venha vê-lo mais, faça-o falar. Se ele não se abrir consigo, não o fará com mais ninguém. Sempre foram tão amigos...

Evidentemente, prometi-lhe que estaria mais tempo com Salazar; fazê-lo falar era coisa que não dependia de mim.

Quando entrei no quarto, Salazar dormitava, embrulhado num sono agitado, pouco profundo, que o parecia cansar ainda mais. A D. Maria fez sinal à enfermeira para sair, a fim de ficarmos sós, os dois. Enquanto ele dormia, eu pensava no drama deste homem, habituado à acção, ao estudo, ao mando.

Neste homem que construiu um império e nele se instalou, qual rei no seu trono. Rei e prisioneiro do seu próprio poder - de que agora se via privado. E

lembrei-me de um poema de um amigo meu:

«pedra a pedra construí um império

- os outros o mundo

meticulosamente com uma margem mínima de erro

ah! Se eu o pudesse deixar girar sozinho

e recomeçar no deserto da tua insegurança...»

Se a poesia não é assim, muito parecida deve ela ser. Escrevi-a numa folha de papel e deixei-lha em cima da mesa-de-cabeceira. Como Salazar continuava com os olhos fechados, levantei-me devagarinho e preparei-me para sair. Perto da porta, ouvi-o pedir:

- Não se vá já embora.

Mantinha os olhos fechados. A respiração estava mais pausada.

- Ah, Senhor Presidente, isso não se faz, eu a pensar que estava a dormir e, afinal, estava a espiar-me...

- Não, eu estava a dormir. Acordei quando senti que ia sair.

- Mas como soube que era eu?

- Não sei, soube.

Pus-lhe a mão na testa, em gesto de carinho disfarçado de verificação da temperatura:

- Hoje, não parece ter febre, tem a testa fresquinha.

- Estou muito triste.

- Mas porquê?

- A Maria não lhe disse?

- Não, propriamente.

- Pois, ela não sabe, mas a minha vida tem sido um calvário, aqui metido, sem saber o que se passa no mundo, sem saber o que me vai acontecer.

- Mas não lhe trazem notícias, não lhe lêem os jornais?

- Lêem o que querem. Dizem-me o que lhes convém. Pensam que eu estou diminuído, que não percebo as coisas. Mas eu bem me apercebo da teia de ocultações em que me querem envolver.

- Ocultações? Mas quais, por exemplo?

- Ora, bem sabe... Querem-me fazer crer que ainda sou presidente do Conselho. É de enlouquecer!

Fiquei apavorada, sem saber o que dizer. Salazar olhou-me nos olhos e disse baixinho, quase com ternura:

- Não se preocupe, não tem de responder. Hoje, ainda mais do que nos outros dias, o que preciso é de falar, não de ouvir.

Tinha a mão, a sua linda mão de outrora, esparramada em cima do lençol.

Peguei nela e apertei-lha levemente. Salazar correspondeu ao meu toque.

Ficámos em silêncio, por ele quebrado, finalmente:

- Ouço as enfermeiras (ou as criadas, já nem sei...) a falarem entre si, pensam que eu durmo. Dizem que eu já não sou o presidente do Conselho de Ministros, que agora é o... Prefiro nem pronunciar o seu nome. Também um pequenito, que por aqui apareceu, disse o mesmo. Fiz que não ouvi, mas...

Novo silêncio, tão doloroso que eu nem palavra conseguia articular.

Limitei-me a manter a sua mão na minha, agora, flácida, sem energia. E Salazar voltou à fala, muito lentamente, muito baixinho:

- Ele parecia tão meu amigo e afinal...

- E posso saber a quem se está a referir?

E o silêncio outra vez a pesar, com a resposta a vir no fim da linha, quase inaudível:

- O Presidente da República.

Eu continuava siderada. Então Salazar sabia que já não ocupava o cargo e continuava a simular que

desconhecia o facto? Conhecia, pois, a farsa em que o envolviam e, apesar disso, participava nela? Mas estaria sempre consciente da sua situação ou sê-lo-ia apenas em alguns momentos? Em que registo funcionava o seu cérebro - algo como um sistema em regime de intermitência?

Quando saí, encontrei um dos médicos assistentes, que eu conhecia. E pus-lhe a questão:

- Acha que o doutor Salazar sabe que já não é presidente do Conselho?

Ele olhou-me sem nada dizer, a ver o que eu pretendia. O que me levou a acrescentar:

- Oficialmente, ele não o sabe, porque nada lhe foi dito. Mas será assim?

O médico continuava a olhar-me, sem nada dizer.

- O que eu lhe queria perguntar, doutor, era se um doente como o doutor Salazar pode ter momentos de lucidez e outros em que não está consciente do que à sua volta se passa.

- Clinicamente, é possível. No que se refere a Salazar, não posso emitir uma opinião.

Tinha obtido a resposta que pretendia.

Vóltei a S. Bento uma semana depois: Salazar, após a nossa última conversa, entrara numa grande agitação e, por via disso, as visitas tinham sido proibidas. Deram-me apenas cinco minutos, pois o doente ainda estaria em fase de recuperação. Logo que ficámos sós, Salazar dirigiu-me a palavra:

- A conversa que tivemos noutro dia deve ter-lhe suscitado alguma perplexidade. Talvez encontre algumas respostas no artigo do Roland Faure, no

«L'Aurore». No mês passado, dei-lhe uma entrevista e, através dela, ele convenceu-se que eu ainda me julgava presidente do Conselho. Como sabe, eu sempre fui uma pessoa muito controlada, que só deixa transparecer o que lhe convém... E foi isso o que fiz. A entrevista que ele publicou no «L'Aurore»

termina com uma frase terrível: Salazar «o rei que não queria morrer»... E mal ele sabe como essa frase é verdadeira - mais do que ele julga. Leia o artigo e talvez encontre aí a resposta a uma das perguntas que, com certeza, tem posto a si mesma: por que é que Salazar participa na teia de mentiras que os outros vêm tecendo à sua volta?

Eu conhecia o artigo e sabia que Roland Faure exprimia, nele, a ideia de que Salazar, não conhecendo a sua destituição, vivia como se presidente do Conselho fosse, recebendo ministros e delegações, na residência oficial, apresentando-se, quando ocasião se lhe oferecia, como o chefe do Governo.

Considerava o Roland Faure, ainda, quanto era estranha e dramática esta situação, «impregnada ainda da grandeza irreal desta personagem shakespeariana». Por isso, limitei-me a perguntar:

- Mas como soube o Senhor Doutor...

Ele interrompeu-me, com um sorriso de conivência:

- Pode continuar a tratar-me por «Senhor Presidente». Oficialmente, ninguém me comunicou o contrário,

nem me expulsaram da «minha»

residência...

- Mas como soube do artigo? Quem lho mostrou?

- As pessoas nem sempre são cuidadosas. Alguém se esqueceu do jornal, aqui no quarto. Alguém se esqueceu de que eu ainda consigo ler. Ou não se esqueceu...

Eu nada dizia, aguardava. E Salazar voltou ao assunto:

- De facto, é uma tragédia de Shakespeare, esta em que eu vivo. com uma diferença em relação ao seu rei louco: vivo-a porque me decidi fazê-lo, aguardando que o meu estado de saúde me permita retomar o controlo da situação.

Voltou a calar-se. Evidentemente que não esperava resposta; por isso, acabou por continuar:

- O melhor será esquecer esta nossa conversa. Venha ver-me sempre que puder. Autorizaram-me a continuar os meus passeios de automóvel, mesmo com o Outono à porta. E não se esqueça que este velho impertinente precisa da sua jovem companhia. Traga o seu bloco de notas, o seu gravador, talvez as nossas conversas possam ficar para edificação dos vindouros... Talvez este seja o último Outono que passamos juntos.

E foi o que eu fiz - escrevi a nossa conversa e... apareci! Quando lhe li este texto, sorriu, nada disse. O que me levou a sentir-me legitimada para continuar...

## A OCULTA FORÇA DO AFECTO

### **A Música Interior**

Este texto foi escrito a partir de algumas palavras que Salazar me disse, no dia em que recebeu a visita da jornalista e escritora Christine Garnier. Salazar pediu-me para eu não tomar notas, que olhasse para o seu rosto, apenas, que lhe desse a mão, que sentisse a felicidade que o invadia. «A minha amiga é mulher, uma mulher bela e sensível, sabe o que é o amor. Escreva o que o coração lhe disser. Tenho a certeza de que saberá encontrar a palavra exacta.»

Quando lhe quis ler o meu escrito, pediu-me que o não fizesse: «Não me faça chorar...» Teria eu conseguido expressar o que ele sentia? Talvez...

«A Christine veio ver-me. Anda com o marido em viagem, mas quis entrar sozinha no meu quarto. Só comigo, como há muito não acontecia. Na orquídea que me trouxe, a beleza do nosso passado a ressurgir - montanha de flores em que a envolvi, durante anos. A carícia que me fez no rosto, o beijo que me deu na testa, a ternura do seu olhar, deram-me a paz que há meses, há anos, não sentia e por que ansiava, sem o saber. Da sua figura irradiava a aura que só os iluminados nos conseguem transmitir. Todo o temor que este reencontro me causava desapareceu, para dar lugar à certeza de que o amor é eterno e que salvos serão os que ele tocar - por mais terríveis que tenham sido os seus desvarios.

Quando a Christine colocou a minha mão entre as suas, aconteceu o milagre: voltei a ouvir a música interior, que me acompanhava sempre que estávamos juntos. A música que me empolgava e dava sentido

ao que até aí era fragmento, nota solta à procura do seu ritmo. Sempre assim tinha sido, sempre: os olhos nos olhos, nos alvares do nosso amor, nas alamedas do jardim de S.

Bento; a alma que se procura na alma do outro, na plenitude dos vinhedos do Vimieiro.

A primeira vez que vi Christine Garnier foi naquela época tumultuosa da sucessão do presidente Carmona, morto havia pouco. Momento bem doloroso, pela perda do amigo (que eu estimava como se meu pai fora), pela crise que o país atravessava, com os do revirinho a aproveitarem-se da situação para lançarem a confusão. A curiosidade da imprensa estrangeira estava eivada de preconceitos contra Portugal - e contra mim. Em alguns areópagos internacionais, eu chegava a ser apresentado como um perigoso ditador, a viver fora do seu tempo, a querer manter o meu país nas trevas do obscurantismo mais arcaico. Tudo o que eu houvera feito de bom, toda a virtude que eu impusera à vida política e económica da nação, tudo parecia estar esquecido.

Por via disso, não acedera aos pedidos de entrevista com que os jornalistas estrangeiros me assediavam. Nem aos que provinham daqueles que, em princípio, nos eram politicamente afectos. Madame Garnier, Christine, foi uma excepção. O Marcelo Matias escreveu-me, de Paris, a recomendá-la, a elogiá-la.

Para eu melhor ajuizar dos seus méritos, fez acompanhar a carta de um conjunto de recortes de artigos, de reportagens suas, vindos a lume na imprensa francesa. Num deles, vinha uma fotografia da autora. Esplendorosa. Nunca soube se o Dr. Marcelo Matias o tinha feito expressamente. Durante as noites que antecederam a sua visita, sonhei com ela. Amei-a e desejei-a antes de a conhecer. Mas o que nunca poderia eu supor era a emoção, feita de encantamento e prazer, que senti quando a vi pela primeira vez. O andar, o sorriso, a inclinação leve do corpo, quando me estendeu a mão... O seu

”tailleur” claro, o perfume parisiense - insidioso, perturbador - ficaram-me para sempre gravados no mais fundo da alma. Uma mulher nascida e vivida no luxo da mais alta sociedade francesa – mundo tão diferente daquele em que nasci...

Durante anos, essa mulher foi a razão de ser da minha vida. E ela amou-me tanto ou mais do que eu a amei. Um amor que nunca foi fácil, por tudo o que nos separava, pela sua independência, pelo seu espírito crítico - tantas vezes em oposição ao que eu pensava do mundo, das pessoas e da nossa relação. Mas a sua inteligência, a sua sensibilidade e, acima de tudo, a sua dedicação, permitiram que tudo fosse superado - o que realmente importava era o nosso amor. Amor que atingiu o auge da paixão durante as férias que passámos juntos, no Vimieiro. O período de maior intensidade sentimental de toda a minha vida.

E o seu encanto não me tocava só a mim, irradiava por todos os que com ela contactavam - a Maria, as minhas irmãs, as criadas, os responsáveis pela minha segurança. Eu penso que todos a amaram, de um modo ou de outro. E

como isso me fazia sofrer, Deus meu! Os ciúmes envenenaram o quotidiano desse paraíso, em que a minha quinta se tinha transformado... Ela ria, brincava com esse sentir de velho enamorado, que teme, a cada momento, a perda da jovem, da mulher bela, que os deuses lhe puseram no caminho, para alegria e sofrimento dos seus últimos anos...

Mais tarde, com ela já em França, a acabar de escrever o livro que me dedicou, (1) Férias com Salazar.  
(-)

foram os telefonemas e as cartas que me mantiveram, que nos mantiveram vivos. Não sei como resistimos a tanta saudade. Eu tive de mergulhar no trabalho como um possesso, para não me afundar na depressão.

Meu Deus, que vontade de tudo deixar e partir para junto dela! Não conseguia imaginar que um dia teria de pôr cobro a tal paixão, mas sabia que esse dia haveria de chegar. Por isso, quis oferecer-lhe algo de que ela não mais se separasse, que simbolizasse o amor que eu lhe tinha. Algo que expressasse esse culminar do amor e constituísse, simultaneamente, uma possibilidade de reestruturação da nossa relação. Foi ainda o Marcelo Matias, o nosso anjo bom, que de tudo tratou - compra da jóia e entrega da oferenda. E foi ainda através dele - da mala diplomática da nossa embaixada - que recebi a mais bela carta de amor: Christine, surpreendida, agradece a jóia e revela, como nunca o havia feito, a ternura, o amor que lhe vai no coração. Diz-se "émue aux larmes".

Como exultei e como sofri com essa carta, como tudo se complicou nesses dias!

Como tive de fazer apelo a todo o meu autocontrole e sentido das responsabilidades, para não gritar o amor que me possuía, para tudo não abandonar! Como me senti o rei prisioneiro do reino que havia construído...

Ela continuou sempre a amar-me, mesmo quando refez a sua vida, voltando a casar-se. Eu... cada vez mais só, árvore seca a mirrar, dia a dia.

Pouco mais nos vimos e sempre em jeito de saudade que não se quer agudizar.

Até hoje, em que colocou a minha mão entre as suas e a música ao longe se fez cantata. A cantata do amor que vive no fundo do nosso coração - até à eternidade.»

### **Eu, o Noivo de Portugal? Curioso...**

Salazar estava sentado no quarto, uma mão sobre o braço da poltrona, a outra, pousada nas pernas, a segurar a edição francesa do livro de Christine Garnier.

- Vejo que o Senhor Presidente esteve a ler...

- Não, não estive a ler. Até porque tenho dificuldade. Ver a capa do livro já me chega - tudo o que está lá dentro conheço eu.

- É uma capa muito bonita e o Senhor Presidente está muito bem.

- A Christine Garnier é que está muito bem. É o período de esplendor da sua beleza, tanto física, como espiritual. Era uma sedutora.

- Que acabou seduzida por si...

- É possível, mas penso que, se sedução houve, ela foi mútua.

- Dizia-se, na altura, que o Senhor Presidente pensou em abandonar o poder para casar com Madame Garnier.

- Dizia-se tanta coisa, na altura...

Salazar sorria, doce, levemente. E tudo nele voltava a ser jovem: o olhar, o gesto, o porte. E continuou:

- Christine veio tarde de mais, eu já tinha mais de sessenta anos. Acrescia, ainda, que o país atravessava um dos seus momentos mais difíceis: a sucessão do presidente Carmona, a crise da Índia que se agudizava, a necessidade, cada vez mais premente, de reorganizar a economia, através de um novo plano de fomento nacional, que acelerasse o desenvolvimento do país, sem trair a sua estrutura corporativa. E tempo era, também, de se pensar num novo estatuto para o Ultramar. Ou mudávamos ou éramos ultrapassados pela História. Por outro lado, a primeira geração dos grandes políticos, que tinha lançado as bases do Estado Novo, precisava de sangue novo, pela entrada em cena de políticos mais jovens, que impregnassem a sociedade portuguesa de outras energias.

Christine chegou tarde. Pelo menos, chegou na pior das alturas.

- Penso que houve reacções à publicação das «Férias com Salazar». Parece que as mulheres portuguesas não gostaram dessa sua «traição» com... uma estrangeira!

Salazar ria abertamente:

- Pois não! Nem sabe a quantidade de cartas que recebi, todas a pender para a indignação, possivelmente fruto de algum sentimento de frustração...

- Mas tinha consciência de que era tão amado pela mulher portuguesa?

- Tinha, claro, pois, de um modo ou de outro, sempre mo haviam feito sentir.

- A esse ponto? Sabia como eu e uma amiga minha lhe chamávamos?

António, o Noivo de Portugal!

- Eu, o noivo de Portugal? Curioso... Não, não fazia ideia!

- Está a ver, se casasse, e logo com uma francesa, a tragédia nacional que isso ocasionaria...

- Ainda bem que as minhas «noivas» me chamaram à razão... Acabámos, os dois, a rir. E Salazar voltou ao assunto:

- Desde menino que vivi entre mulheres: a minha mãe, as minhas irmãs. E

sempre me deslumbrei com a sensibilidade feminina. É uma outra dimensão da humanidade, bordada a afecto, esculpida em beleza. No seu contacto, sempre me senti melhor, mais autêntico. Repare, os meus grandes amigos são mulheres.

- Mas tem amigos, grandes amigos, do sexo masculino. Por exemplo, os seus antigos colegas da Universidade de Coimbra, hoje, a ocuparem postos-chave da governação, tanto da Nação, como da Igreja.

- Sim, sem dúvida. Mas às vezes penso que eles são mais meus amigos do que eu deles. Actualmente, as relações que tenho com esses amigos só se podem desenvolver à volta de questões de trabalho, o que não contribui para um estreitamento dos laços afectivos. As preocupações com as grandes questões nacionais,



em que estamos todos envolvidos, acabam por prevalecer ao prazer do convívio que se basta a si mesmo.

- Mas se o convívio feminino era assim tão importante, por que não casou?

- Sempre considerei que o dever de um homem de Estado não é compatível com as exigências que a vida em família impõe a quem a constitui.

A Nação é mãe, amante e, quantas vezes, madrasta. E, disso, os outros não têm culpa - nem podem ser vítimas das nossas opções. A minha família - a possível -

tem sido a minha governanta, as suas sobrinhas, que estimo como se minhas fossem. Não será tudo, evidentemente, mas já é muito... A Maria tem sido, desde os tempos de Coimbra, muito mais do que uma empregada de confiança

- é uma irmã protectora, que faz com que o desgaste do quotidiano não se transforme em fardo pesado de mais. E como ela é mais nova do que eu - e tem mais saúde - sei que assim vai ser até ao fim dos meus dias.

- Essa sua devoção, digamos assim, pela mulher é algo que não transparece nem nos seus discursos, nem nos seus escritos. Porque, por uma questão de pudor?

- Pensava que transparecia, veja lá... Acha que não sou sincero quando falo às mulheres portuguesas?

- Não sei, talvez não seja bem isso...

- Quando falo da virtude da mulher, quando enalteço a modéstia e o pudor, a pureza e o sacrifício da mulher - mãe, esposa, filha, irmã - estou a ser profundamente sincero, creia-me. Para mim, a mulher é sagrada. Amá-la é respeitá-la.

- O Senhor Doutor é um homem solteiro, portanto, sozinho. Esta é uma situação propícia à idealização, ao sonho com a mulher enquanto ser amado, quiçá desejado...

- Quiçá, quiçá... É evidente que, ao longo da minha vida, sonhei com mulheres, mas sempre em admiração e carinho, sentimento que a beleza em mim provoca.

- Sim, compreendo. Mas essa visão idílica da relação com o feminino parece-me bastante «idealizada», permita-me que eu insista. E dou-lhe um exemplo: ao longo das nossas conversas tem-me falado das relações de sedução que manteve com várias mulheres. Parecem-me coisas incompatíveis.

- Não, de modo algum. A sedução, se existe, reporta-se a um primeiro momento, o do conhecimento inicial. É a expressão de uma forma emocional de relação, em que a mulher é o centro das atenções. O estado de alma que se lhe segue é o que se me afigura essencial: a admiração. Eu admiro, sempre admirei, a mulher, e quando essa admiração é recíproca estão lançadas as bases de uma relação profunda e duradoura. Como já lhe disse, eu sou um homem profundamente marcado pelo ideal do belo. Para mim, a contemplação da beleza é o prazer maior que a vida nos pode proporcionar. Mesmo nesta situação em que me encontro (para aqui, prostrado) é a beleza que me serve de lenitivo aos padecimentos com que o corpo me atormenta. Sem ela, já teria morrido; enlouquecido, talvez.

No olhar de Salazar, nem tristeza, nem revolta - resignação? Pelo menos, a expressão da aceitação de um

destino a que já não pode fugir.

## **Meu Pai, Meu General, Meu Amigo**

Salazar estava à minha espera e, logo que me viu, deu início à sua fala:

«Foi uma semana após a morte da minha mãe que comecei a sonhar com ela. Mais precisamente, na noite da missa do sétimo dia. E a angústia que esses sonhos me causaram... Acordava a chorar, encharcado em suor. Às vezes, levantava-me, ia à cozinha, sentava-me à mesa, bebia um copo de água. A Maria ouvia-me, vinha ter comigo e acabávamos os dois a chorar, eu, pela mãe perdida, ela, por me ver assim em estado de perdição. Foram meses de dor, dias de trabalho e de estudo, a ocuparem-me as horas e a desoras, para nela não pensar, para não "ver" as suas lágrimas, feitas ternura e piedade. A minha mãe, santa e heroína, a extinguir-se no termo de uma vida de trabalho. A morrer em dignidade e sofrimento.

O tempo, mestre e amigo, foi fazendo a sua acção benfazeja, a esbater, a apaziguar a minha dor. E assim, gradualmente, fui deixando de sonhar com a minha mãe. Há muitos, muitos anos, que já não sonhava com ela. Para agora recomeçar, mas sem angústia, apenas carinho, apenas prazer do reencontro.

Talvez a preparação para o reencontro final que, estou certo, em breve terá lugar.

Tudo foi diferente com o meu pai, a tristeza da morte, sim, mas não a dor que enlouquece. E nunca com ele houvera eu sonhado, até hoje. Sonho tão inesperado, que dele guardo a memória, em pormenores de nitidez: Eu vinha da escola e ele estava debaixo da figueira da nossa casa, à minha espera. Na mão, tinha algo comprido, como uma vara ou um chicote. Viu-me ao longe e eu já não pude recuar. Estava à minha espera para me castigar. Eu não atinava com a razão, mas deveria ter alguma coisa a ver com a minha mãe, a minha mãe que tanto gostava de mim e que ficava a fazer-me festas, mesmo quando ele lhe gritava que fosse ter com ele, à cama. Como tive medo dele, assim parado, à espera! Mas quando me aproximei, cerrando as mãos, enterrando as unhas na carne das palmas das mãos, e levantei os olhos para ele, os seus olhos eram doçura e alegria. Um sorriso nos lábios finos, que não eram os do meu pai. As botas cardadas de feitor de quinta tinham-se transformado em botinas, de cano alto, luzidias. A vara na mão esquerda, em pingalim de cavaleiro de alta montaria. O seu fato de trabalhador do campo, em farda de gala de oficial dos Exércitos de Portugal. O gesto, a cofiar o bigode, esse, era o mesmo. Mas o bigode era grisalho, mais branco do que grisalho. Como o meu pai está velho, foi o meu primeiro pensamento. Mas não era o meu pai, era o general, o presidente Carmona. Era ele, na plenitude da elegância de homem do mundo, no seu porte garboso e gentil de oficial de Cavalaria. Era ele, na sua alegria e na sua lealdade de grande chefe e de grande amigo.

Amei o general Carmona como se meu pai fora, e ele, estou certo, também sempre gostou de mim, como se de um filho seu se tratasse. O carinho que nos unia era bem visível no nosso olhar, quando estávamos sós, o olhar que nos trairia se público fosse. E, em certa ocasião, já perto do final da sua vida, houve um fotógrafo que captou o meu olhar, quando com ele falava. Deixei que a fotografia fosse publicada, pois queria que ele soubesse, antes de morrer, quanto eu o amava. Ele e o mundo. E os outros também o notaram e disseram-lho. Ele sorriu, apenas. Ele, o Homem, que, por amor de mim, abandonou amigos e camaradas de armas - quanta conivência entre nós, mascarada aos olhos do mundo de indiferença e até de alguma oposição... Por amor de mim e por amor da Pátria; cuja grandeza, melhor do que ninguém, ele soube simbolizar.»

**O EXERCÍCIO DO PODER - MISSÃO E VOCAÇÃO**

**Eu Não Tenho Ambições Pessoais, Tenho Ambição Política** Salazar, hoje, estava muito bem-disposto, por isso, mal me inteirei do seu estado de saúde, aproveitei a ocasião para esclarecer duas ou três coisas que há bastante tempo me traziam intrigada e que, no fundo, correspondiam a uma pergunta muito simples: o que era o poder para Salazar? Um projecto pessoal ou um projecto nacional? Ou, por outras palavras: em última instância, queria ele o poder para si ou para a grandeza da Pátria? Penso que, de algum modo, a questão ficou esclarecida ao longo da nossa conversação, que passo a reproduzir:

- O meu pai acompanhou de perto a sua acção durante a guerra de 1939-45. Desse contacto que teve consigo, tirou ele uma conclusão: que o senhor era a reencarnação de «O Príncipe», de Maquiavel. Mas quando eu li essa obra, não o consegui ver na pele do famosíssimo Príncipe. Talvez porque eu o não conhecesse tão bem como o meu pai... Por isso, sempre lhe desejei fazer uma pergunta: alguma vez se sentiu «O Príncipe»?

Salazar olhou-me de soslaio, sem perplexidade, sem espanto, mas com um arquear de sobrelanceira que só poderia ter um significado: «Esta mulher será parva?» Gradualmente, o rosto foi-se-lhe desanuviando e acabou por me dizer, quase a sorrir:

- Se me pergunta isso é porque supõe que eu desejo usufruir, para meu uso e benefício próprio, de um poder pessoal absoluto e demoníaco. É isso que realmente pensa de mim?

- Não, não sei, por isso é que sempre pus em dúvida a comparação. Pelo que o conheço, enquanto pessoa, quer-me parecer que não, mas quando olho para os factos que constituíram o cerne da sua governação, quer-me parecer que sim - quantas vezes colocou o poder pessoal acima de tudo e de todos...

- Acima de todos, sim; acima de tudo, nunca! - a voz de Salazar tinha adquirido cor, vibração.

- E a diferença... qual é?

- Essencial. O poder que detenho ponho-o ao serviço da Nação, não ao meu. Por isso, não será correcto que se apelide de «pessoal».

- Mas quem define esse «serviço nacional», as formas de que se deve revestir?

- Eu apenas cumprio um desígnio, que me foi confiado.

- Por quem?

- Pela Pátria, na ordem do temporal; por Deus, na ordem do espiritual.

- Quando diz «pela Pátria», penso que compreendo o que quer dizer: considera que incarna os valores, as virtudes que constituem a essência de Portugal. Mas... por Deus? Considera-se um iluminado pela Providência Divina?

- Creio que nos meus discursos, nos meus textos doutrinários esclareci, em tempo, essa questão. Se os ler com atenção, encontrará aí a resposta, que será sempre mais complexa do que tudo o que, agora, lhe possa dizer. Mas penso, também, que a sua formulação, embora pecando por simplismo, não está longe da verdade. Convirá, no entanto, não esquecer a importância que sempre atribuí à palavra de Deus, revelada pelas Sagradas Escrituras e interpretada pelas encíclicas papais.

- Considera-se, portanto, um mandatado por Deus, um rei por direito divino (e aclamação do povo) ou um Dalai Lama na ocidental praia lusitana plantado...

Agrada-me, minha boa amiga, agrada-me mesmo muito essa sua comparação com o Dalai Lama - dá-me um ar exótico, que muito me convirá quando me retirar para Santa Comba Dão!

Salazar voltava a não me tomar a sério; subtilmente, chamava-me a atenção para o meu despautério... Calei-me, um sorriso de desconsolo na face, a contrastar com a expressão voltairiana de Salazar - moldada em finura, em zombeteria.

Durante cinco, dez minutos, nada foi dito. Finalmente, Salazar quebrou o silêncio:

- As suas últimas palavras constituem uma resposta à questão que me pôs inicialmente, isto é, se eu era - ou não - uma reencarnação do Príncipe do Maquiavel. Se assim fosse, eu queria o poder pelo poder. Mas se me compara com o Dalai Lama, é evidente que o poder que detenho não tem como finalidade a realização de um projecto «pessoal», mas o cumprimento de uma missão divina. Penso que esta última perspectiva será a que mais se me adequa.

Salazar, como sempre, acabava por conduzir a conversa para o campo que mais lhe convinha, onde a sua acção e personalidade se poderiam valorizar. Por isso, voltei à minha pergunta primeira:

- Sim, mas o que o meu pai dizia era mais ou menos o seguinte: «Salazar muda de "amigos" e de alianças de uma forma surpreendente. Nunca se pode estar certo da sua fidelidade, mesmo para com aqueles que lhe permanecem fiéis.» O caso mais flagrante para o meu pai teria sido a sua política em relação à França, durante a Segunda Guerra Mundial. Por um lado, era um grande admirador do regime de Vichy e amigo pessoal do marechal Pétain, a quem apoiava, oficialmente. Mas teria acabado por o «trair», prestando também apoio ao general De Gaulle e, depois, ao almirante Darlan, ao general Giraud, ou seja, reconheceu, em simultâneo, as «três França», permitindo que todas elas tivessem as suas representações oficiais em Lisboa. E negociou com os três, obtendo vantagens de uns e de outros, às vezes, prometendo o que nunca poderia cumprir - sem se expor em demasia, sem revelar com precisão as suas preferências de momento. O meu pai considerava, aliás, que nessas negociações com as várias partes o Senhor Doutor se tinha revelado um diplomata excepcional e que aí jogou, e em muito, a sobrevivência do seu regime, após o termo da guerra.

- O seu pai, que foi uma figura destacada nessas negociações, deveria recordar-se de que as coisas não se passaram exactamente assim: eu nunca deixei de reconhecer o Governo legítimo da França e o seu chefe de Estado, o marechal Pétain. Se permiti que representantes dos outros dois movimentos (que também tinham a pretensão de simbolizarem a verdadeira França) se fixassem em Lisboa, foi porque a Inglaterra (nossa aliada de sempre) apoiava um deles, o De Gaulle, e os Estados Unidos da América davam o seu apoio ao outro, sediado no Norte de África (com Darlan, primeiro, Giraud, mais tarde -

arvorados em figuras de proa). Enfim, realizei uma autêntica política de equilíbrio e neutralidade. No entanto, nunca deixei de honrar a figura venerável de Pétain. Inclusivamente, sempre partilhei dos seus ideais e sempre lhe testemunhei a minha solidariedade, mesmo quando a França de Vichy (e ele, portanto) passou a ser controlada pelos Alemães - um grande erro de Hitler...

- Porquê? Não foi uma mera consequência lógica da política expansionista da Alemanha, da solidificação do seu poderio económico e militar?

- Hitler, com esse acto, cortou todas as possibilidades de negociação com a Inglaterra, os Estados Unidos. Os países da Europa do Sul (França, Itália, Espanha, Portugal) poderiam ter constituído, sob a liderança do marechal Pétain, a União Latina, plataforma para um entendimento entre a Alemanha e a Inglaterra-Estados Unidos da América. Seria a única forma de conter o comunismo soviético, em vias de alastramento pela Europa. Hitler, na sua ânsia de tudo querer - e ser -, acabou por virar contra si Gregos e Troianos e contribuir para criar uma das confusões mais trágicas da História Contemporânea: a de que o comunismo constitui uma ideologia libertadora dos povos oprimidos. Enfim, um erro monstruoso, de que ainda estamos a pagar o preço.

Salazar calou-se - cansado, pensativo? Talvez as duas coisas. Aproveitei o ensejo para aprofundar a questão do poder:

- Mas como se poderá compreender que transforme os seus amigos de hoje nos seus inimigos de amanhã? Não é essa a prática habitual dos que querem o poder pelo poder, que tudo a ele sacrificam, sem respeito pelas pessoas de que se servem - ou que os servem?

- Evidentemente que não! Amigos, inimigos, alianças e oposições decorrem da estratégia que me parece ser a mais adequada para a realização dos fins últimos do meu grande objectivo: a criação de uma civilização assente exclusivamente em valores espirituais. Este foi o ideal que sempre norteou a minha acção. Eu não tenho ambições pessoais, eu tenho ambição política, no sentido nobre e amplo de que a palavra Política se deve revestir. Política, instrumento e estratégia para o Homem - e para as Nações - atingirem a dignidade espiritual para que Deus os criou. E Deus não se discute.

E Salazar nada mais acrescentou. Quando eu ia a sair, ouvi-o murmurar:

- Só esta é que me faltava: eu, em posição de flor de lótus, sentado no meio dos meus vinhedos do Vimieiro, a fazer de Dalai Lama... Aí sim, aí é que me internavam de vez, qual rei louco da tragédia shakespeariana.

### **E Nós Dois Portugal Fomos...**

Mal assomei à porta do seu quarto, Salazar chamou-me para junto de si, pediu-me para me sentar a seu lado e encetou um longo discurso, de que vou tentar resumir o essencial nas linhas que se seguem:

«A Maria trouxe-me hoje duas caixas de fotografias: "Para se entreter, para não ficar para aí especado, horas a fio, a cismar, feito mono." Fotografias minhas, fotografias de amigos, fotografias de grandes deste mundo, que me visitaram ou que comigo se corresponderam. Outras, ainda, de gente desconhecida: "Ao Salvador da Pátria, com admiração"; "Oferta de um admirador de V. Exa., eternamente grato", ou de uma "admiradora". O que haverá por detrás de tanta admiração? Lisonja, interesse? Sem dúvida, mas, por que não, também alguma admiração?

E entre todo este espólio (neste momento da minha vida, esta é a palavra adequada...), descobro um envelope com fotografias de D. Manuel, tiradas pelo Novaes, pelo Benoliel, os fotógrafos da Casa Real, nos inícios do século. D.

Manuel, menino; D. Manuel, jovem; D. Manuel, rei da coroa emprestada. O rei do poder que ele nunca sentiu como seu. Um rei de espadas, as espadas da tragédia que ele viveu. E é uma dessas fotografias que me traz o olhar de D.

Manuel, antes do atentado que vitimou o pai, o irmão. O olhar da inocência que ele vai perder dali a momentos, o olhar que antecede a tragédia que ainda desconhece. Um olhar único, que nunca mais se encontrará em fotografias suas.

A primeira vez que eu vi esse olhar foi numa revista da época, em Fevereiro de 1908, em reportagem sobre o regicídio. E nunca mais o esqueci, pelo que me comoveu, pela mudança que imprimiu à minha vida de seminarista pobre, em cidade de província, a Viseu do início do século. Era o olhar de um jovem da minha idade, que ia ser obrigado a arcar com o peso de uma coroa de espinhos e sangue, que o pai lhe deixara como herança. E esse olhar também era o meu, jovem a viver a fé em Cristo e na Pátria. Mas eu podia assumir toda a inocência do mundo, pois era o cordeiro de Deus. Não ele, a quem a Pátria impunha outra liça: a guerra santa da defesa da Monarquia, que lhe era confiada por uma tragédia a que os homens chamam Destino. E, se ele não se revelasse o predestinado para arvorar esse pendão, teria de ser eu, cruzado de Deus e do meu Rei, a fazê-lo. Nesse ano, saí do seminário e procurei na leitura, na reflexão, na oração, a força para me lançar no combate por um mundo que eu queria melhor. Combate a desenrolar-se em palco que eu nunca pisara, com armas que ainda não eram as minhas. Comecei a preparar-me para ser o Cavaleiro da Pátria, da Fé e do Rei. Alguém tinha de o fazer, alguém tinha de salvar Portugal - e eu sabia que só eu tinha a vocação, a força e a inteligência.

Quantas vezes acordara durante a noite, a pensar: "Meu Rei, terás tu a coragem

- e a lucidez - de me esperares, de esperares que o meu braço de paladino te devolva o poder e a glória que foi do teu homónimo Manuel?" Os anos de 1909 e 1910 são os anos da intriga, da lisonja, da corrupção palaciana, dos jogos que o irmão perder. Os anos de todas as seduções, de todas as provocações - das honrarias que lhe querem fazer crer como sendo suas, das baixeiras que lhe querem fazer cometer (pelo corpo e pela alma). Os anos da sua crucificação perdedor por destino, mártir por vocação. Mas são também os anos da minha decisão: se ele não pode, se ele não quer ser o que devia ser, se o seu destino-pátria não for por si cumprido, cumpri-lo-ei eu por amor dele. Eu, o seu

"sucessor", sem o ser. Eu, que farei o que ele não pode ou não quer fazer - sem nunca ocupar o lugar que só a ele pertence - o de Rei de Portugal. São os anos da minha decisão: os da preparação, do abandono do sacerdócio, do abraçar a sua Causa.

Quando entrei na Universidade de Coimbra, em Outubro de 1910, embarcava ele na Ericeira, a caminho do exílio. Não o chorei; jurei, sim, vingá-

lo. Essa resolução tenho-a eu já gravada no olhar da fotografia que tirei nesse ano. E não mais perdi esse olhar de determinação, que me passou a acompanhar durante toda a vida. Da determinação, da paixão pelo combate político, pela intervenção na "república" - escrevendo, discursando, congregando homens, mobilizando ideias e vontades, para delas fazer prática, esclarecida. Foram os loucos anos da paixão pela política, que se pensa e que se escreve (e que um dia se fará acção). Nunca escrevi tanto e com tanto ardor. Por vezes, chegava a pensar que a escrita não era a preparação para a intervenção, mas sublimação da acção, a sua obra de arte.

De longe, eu seguia os percursos do Rei-exílio, na insípida Inglaterra do seu primo real - aquele que o convidava para o chá da família, que o encarregava de alguma missão protocolar, legitimada pela genealogia do parentesco. Tudo nesse embalo de realezas de coisa alguma. E espantado também me fui apercebendo das suas outras paixões, de alma feitas: a do órgão, em que se esmerava; a dos incunábulo, em que se perdia, dia e noite. E em que passou a ser perito, de renome internacional, pois, para si, a

escrita também passou a ser paixão, sublimação e até, através dela, deu a conhecer ao mundo os seus estudos e reflexões sobre os manuscritos, os textos medievais, renascentistas. O que o destino nos fez, meu Rei! Eu, que tinha nascido para o estudo, a oração e a meditação, eu passei a ser o Centro da Política da Nação; ele, que foi rei por nascimento, nada fez para conservar o trono e, quando o momento da decisão surgiu, mergulhou na música, no estudo, na publicação do discurso erudito, em que se foi construindo. A sua paixão.

Enquanto viveu, eu não quis assumir - formalmente - o poder, não queria, não podia usurpar o que era seu, apenas seu. Mas ele morre no dia 2 de Julho de 1932. Em paz, dizem-me. É o sinal para lhe "suceder": no dia 5, assumo o poder, todo o poder possível que em Portugal se pode ter - o de presidente do Conselho de Ministros. Não de chefe de Estado - o Rei era ele, será sempre ele, no fundo do meu coração. Mas o poder total, como há séculos nenhum monarca tivera, esse, era meu - para que o destino de Portugal se pudesse cumprir. A grandeza da Pátria, que não se compadece com a arruaça da escumalha, com os Buíças de arcabuz na mão, a abaterem reis e príncipes, com os ministros de Deus a serem conspurcados na praça pública.

E, nós dois, finalmente, Portugal fomos - eu, na defesa do único património que um povo pode ter - a sua civilização, a sua História -, ele, no regresso triunfal ao solo pátrio, em Julho de 1939. O cortejo fúnebre que lhe organizei, a atravessar Lisboa, a caminho do seu Panteão, foi a sua verdadeira entronização. Eu, seu servo e vingador, a seu lado, naquele momento e para sempre a si unido, no amor e na glorificação de Portugal.

Ah, meu rei, meu querido rei, como eu gostaria que as coisas tivessem sido diferentes: ele, rei absoluto do Portugal Restaurado, eu, apenas o primeiro dos seus servidores, o ministro, o braço do seu poder...»

As referências feitas por Salazar a pessoas, a acontecimentos, levaram-me a estabelecer uma pequena «tábua cronológica» para situar o leitor destas memórias na trama histórica que serve de suporte às suas comparações.

## D. MANUEL

19 de Março 1889 - Nasce D. Manuel

1 de Fevereiro 1908 - Regicídio

5 de Fevereiro 1908 - Aclamação de D. Manuel

5 de Outubro 1910 - Implantação da República

8 de Outubro 1910 - Partida de D. Manuel para o exílio 2 de Julho 1932 - Morre D. Manuel

Julho 1939 - Trasladação dos restos mortais de D. Manuel, para Portugal SALAZAR

27 de Abril 1889 - Nasce Salazar

Julho 1908 - Salazar deixa o Seminário de Viseu

Outubro 1910 - Salazar entra na Universidade de Coimbra, como aluno de Direito (abandona, em definitivo, a carreira eclesiástica) 5 de Julho 1932 - Salazar ocupa o lugar de presidente do Conselho de

Ministros

Julho 1939 - Salazar assiste ao cortejo fúnebre da trasladação **Eu Sou Um Rural Que Trouxe o Silêncio dos Campos Para Dentro dos Gabinetes**

Hoje, foi Salazar quem encetou o diálogo:

- Nem sempre as noites são feitas de tristeza. Hoje, dormi bem e, de manhã, tive um sonho que me deixou muito feliz. Que pena que tivesse sido apenas um sonho... Imagine que sonhei que tinha recomeçado a escrever!

No rosto de Salazar, paz, alegria. Por isso, eu quis saber mais:

- Mas a escrita é assim tão importante para si?

- Desde que estou doente, não voltei a escrever. Além das dificuldades inerentes à minha condição física, falece-me a vontade. E só agora é que compreendi como a escrita tinha sido decisiva na minha vida: levou-me a pensar com regra, a controlar as emoções, a organizar a acção. Numa palavra, ensinou-me a viver, a ser.

- Pelo que conheço de si, sei que a escrita o tem acompanhado ao longo da vida. Mas além dos discursos, dos textos políticos e doutrinários, o que é que tem escrito mais?

- Passei os dias a escrever e, durante anos, parte das noites. Cartas, bilhetes, notas e agendas de trabalho, respostas a perguntas de jornalistas e, claro, textos de doutrinação política e social, conferências, artigos, anotações variadíssimas nas obras que ia eu lendo. Para não falar nos despachos, pareceres, textos de âmbito jurídico e legal. Desde os tempos do seminário que escrevo todos os dias. Devem ser dezenas ou até centenas de milhares de páginas, ao longo de mais de sessenta anos. Talvez ninguém tenha escrito tanto quanto eu, com a excepção dos que da escrita fazem profissão.

- Mas se a escrita foi assim tão importante, tão decisiva no seu dia-a-dia, com certeza que tem um diário, por aí escondido...

Salazar sorria:

- Não, um diário não. Tenho as minhas agendas, anotadas com tudo o que ocorre ao longo do dia. E talvez mais tarde, muito depois da minha morte, talvez venham a aparecer alguns textos de cariz pessoal, intimista...

Havia algo de misterioso na sua voz, que convidava ao recato. Assim, não insisti:

- Já me disse que comunica melhor por escrito do que através da fala, principalmente quando esta assume a forma de um improvisado. Talvez fosse por isso que as suas intervenções em público foram sempre escritas.

- Normalmente, assim foi.

- E quando substituía as audiências aos ministros por cartas ou bilhetes, a dar-lhes instruções, a pedir elementos ou apenas a desabafar, a «dialogar», também era por necessidade de estruturar melhor as suas



ideias ou porque não estava, pura e simplesmente, para os receber?

- As duas coisas, dependia das ocasiões. Mas, creia-me: eu sou um tímido e, quantas vezes, um misantropo. Nesses momentos, a presença dos outros torna-se-me insuportável. Nem sabe o esforço que faço para não pôr as pessoas na rua, com dois berros, quando as ouço dizer toda a série de imbecilidades que lhes vêm à cabeça - com as quais pensam que me estão a lisonjear... A minha irritação chega a atingir tal intensidade que tenho de enterrar as unhas nas palmas das mãos para não pregar um par de bofetadas naquelas caras balofas, alimentadas a expensas do erário público! Nesses dias, a escrita é a única forma de comunicação que me resta.

Eu estava siderada, nunca o tinha suposto capaz de uma irritação tão violenta. Ficámos os dois em silêncio, até eu recuperar:

- Um antigo secretário seu disse-me que, durante muitas manhãs, o Senhor Presidente comunicava com os seus dois secretários apenas por gestos ou por um ou outro bilhete, que lhes ia escrevendo. Também era porque o irritavam?

- As coisas costumavam passar-se assim, de facto, mas a razão era outra: eu amo o silêncio e é no silêncio que consigo concentrar-me. Sabe, eu sou um rural que trouxe o silêncio dos campos para dentro dos gabinetes.

A frase, de tão bonita, comoveu-me. Salazar não era apenas um grande escritor, era também um grande conversador. Mas era da escrita que tratávamos, por isso, voltei ao tema:

- Há textos seus de uma perfeição absoluta, escritos de um jacto. Sem uma rasura, sem uma falha. Mas já vi outros, nomeadamente os que foram passados à máquina, em que as emendas e os acrescentos proliferam. Como explica esses dois modos de proceder?

- Depende do tipo de escrito e das minhas perspectivas sobre os assuntos e as pessoas a que se referem. Dou-lhe o exemplo das cartas: rarissimamente reformulo uma carta, pois quando a escrevo é porque tenho algo a transmitir.

No entanto, conforme as vou escrevendo é que o assunto ganha consistência, que a forma se apura e se adequa ao fim a que se destina. É um exercício que me agrada e me realiza enquanto comunicador - o que não é despiciendo num tímido... Nos discursos, as coisas passam-se de outro modo: além de obedecerem a uma temática previamente definida, deverão conter ideias e expressões que me identifiquem como governante da Nação - condição sem a qual a mensagem a transmitir não terá nem consistência nem eficácia.

- E como prepara os seus discursos? com antecedência?

- com alguma antecedência. Um discurso é sempre um acontecimento, pois visa definir um rumo, esclarecer a opinião pública, relevar uma pessoa ou um facto. Por vezes, tudo isso. Excepcionalmente, poderá corresponder a uma mera abordagem de tema que as circunstâncias tornaram flagrante. Preparo sempre um discurso com cuidado: reflecto, documento-me (consultando bibliografia, «dossiers» de trabalho, apontamentos), vou tomando notas e, quase sempre, procuro referências em discursos meus, anteriormente proferidos. Mas o que realmente vou dizer, só o sei no momento em que estou a escrever. A forma, não costuma sofrer variações de maior, o conteúdo, esse sim, organiza-se e sistematiza-se

diferentemente no acto da escrita. Por vezes, tenho a sensação de que é o gesto da mão que conduz o fio do pensamento.

- Diz-se que os seus discursos têm aspectos formais que os assemelham aos sermões do padre Manuel Bernardes. Está de acordo?

- Eu li as obras clássicas dos nossos grandes sermonistas, as do padre Manuel Bernardes incluídas. Mas daí concluirmos que o sigo... Não será antes ele que me «segue»? Ou seja, não será o conhecimento dos meus discursos que leva esses «críticos literários» a lerem os dele sob uma outra luz - a minha?

Talvez as duas perspectivas sejam igualmente verdadeiras, não lhe parece?

Salazar sorria, um laivo de zombeteria no olhar... Um rural que trouxe o silêncio dos campos para dentro dos gabinetes? Ninguém diria.

## DA ARTE DO EQUILÍBRIO ÀS ARTIMANHAS

### DOS PROCEDERES

#### **Se a Política Não Fosse a Arte da Astúcia...**

As vezes, falo das nossas conversas a um dos meus amigos, talvez o meu maior amigo, que foi colaborador seu - e muito próximo. Escusado será dizer o nome, pois o Senhor Doutor sabe de quem se trata e como as paredes têm ouvidos... Falo-lhe, até para me aconselhar sobre o seu modo de ser, de pensar.

Salazar interrompeu-me, um toque de malícia na voz:

- Bem me queria parecer que havia alguém por detrás de certas perguntas... Diga lá a esse amigo sem nome que o gostaria de ver antes de morrer.

- Ele já cá esteve.

- Eu sei, mas que volte, que volte ainda. A tosse obrigou-o a fazer uma pausa:

- E o que lhe tem dito sobre mim, o nosso comum amigo?

- Coisas variadíssimas. Por exemplo, quando lhe falei da sua astúcia política, tanto nos assuntos da nossa política interna, como nos de ordem internacional, ele comentou que da missa eu nem sabia a metade. E aconselhou-me a perguntar-lhe o que o senhor pensava da fuga dos membros do Comité Central do Partido Comunista Português, o Dr. Álvaro Cunhal incluído.

- Penso que fizeram muito bem... Aliás, não está no horizonte de todo o prisioneiro fugir, logo que se lhe ofereça ocasião? Principalmente, quando têm para onde ir. E eles tinham a União Soviética, os Países de Leste, à sua espera -

onde foram muito bem recebidos, segundo me disseram. Por cá, não fizeram falta nenhuma, nem a mim, nem à Fortaleza de Peniche, onde estavam presos, nem ao país, que não precisou de continuar a alimentá-los. Os outros, os deles, que os alimentassem...

A boa disposição de Salazar levou-me a dar mais um passo:

- A questão posta assim, até parece que o Senhor Presidente ficou contente com a fuga...

- É possível.

- Eu sempre achei tudo muito estranho: o modo como se processou a evasão, o desaparecimento dos prisioneiros, sem deixarem rasto. Teria havido conivência de alguém?

- Talvez. Sabe, estas coisas são sempre um tanto obscuras. Neste caso, se bem me lembro, comprovou-se a conivência de um elemento das forças que tinham a segurança a seu cargo.

- Sim, eu sei, mas referia-me a conivências situadas a um nível mais alto.

Salazar não respondia, mexia num paninho de «crochet», pousado sobre o braço da poltrona em que estava sentado. Como eu também nada dissesse, pareceu cansar-se da espera e quis saber-

- Mas o que lhe disse mais o nosso amigo?

- Muita coisa. Por exemplo, que a nossa PIDE e o KGB dos Russos tinham muitos contactos, na época.

- É verdade. A pertença de ambas as polícias à «Interpol» assim o exigia.

A resposta veio seca; o brilho do olhar, cada vez mais brincalhão...

- O meu amigo também me contou que um dia o Senhor Doutor teria feito uma observação, que muito o intrigou...

Salazar quis pormenores:

- Mas a quem fiz eu a observação: a ele ou a outra pessoa?

- Francamente, esse pormenor já não sei, não me recordo, só sei que o meu amigo estava presente. Mas a observação, que nem pergunta teria sido, consistiu no seguinte: os presos de Peniche, membros do Comité Central, estavam a causar mais prejuízo ao país do que benefício. Libertá-los, no entanto, não se tornava possível, pois tinham sido condenados pelos tribunais e não se podia pôr em causa o sistema judicial. Uma observação que, aparentemente, não pedia resposta, mas que, para quem o conhecesse bem, alguma coisa queria dizer. Assim ele a interpretou e, por isso, o teria aconselhado a deixá-

los fugir. A conversa teria ficado por aí, mas, tempo depois, a fuga, a célebre fuga, teve lugar...

Sempre com o olho a brilhar, Salazar limitou-se a comentar:

- Ao nosso amigo, de facto, não escapa nada... Se a política não fosse a arte da astúcia, eu diria que este Homem, às vezes, parecia movido por forças que o ultrapassavam. Demoníacas, divinas? A cada um, a sua interpretação.

**No Ocaso da Vida, Uma Réstia do Sol da Glória** Com estes dias de sol, Salazar tem saído, dado alguns passeios de carro.

Não expressa preferência por itinerários, mas quando lhe propõem o mar (Estoril, Guincho) dá logo o seu assentimento. E assim foi, hoje, com uma diferença: estava extremamente bem-disposto. Brincou com o motorista, inventou um trocadilho a partir de uma palavra ouvida à enfermeira, quis saber o que era feito de mim, que não aparecia há mais de uma semana. Repousado, alegre, lúcido, como há muito o não via. E, para espanto meu, pôs-se a falar de política, não a dos anos iniciais, os da sua subida ao poder (como era hábito), mas a que se referia a acontecimentos mais recentes a tentativa do golpe de Estado do general Botelho Moniz, incluída.

O seu contar, de ironia e subtileza entrelaçado, o sorriso de gozo com que se referia ao «general, esse bom americano», constituíam, por si mesmos, espectáculos a merecerem a câmara de um cineasta ou a pena de quem tiver outros méritos, que não os meus. Quando eu quis saber se me autorizava a reproduzir o essencial da nossa conversa, sob a forma de texto, a sua reacção foi vaga, algo como um gesto de indiferença. Por isso, aqui estou eu, no silêncio da noite que envolve a casa, a escrever estas frases, em tentativa esforçada de recriar a sua palavra, para que memória dela conste. A escrever em desconforto, pois não poderei mostrar-lhe o meu, «o seu» texto, pelo desinteresse que o seu gesto implicava - tudo o que eu «fizer» com a nossa conversa, não é problema dele, apenas meu.

Se eu quiser simplificar as coisas, direi que Salazar considera o frustrado golpe de Abril de 1961, a «abrilada dos generais», como a última e mais desesperada tentativa americana para o seu derrube. Uma demonstração clara da política kennedyana de interferência nos negócios internos dos países

«amigos». A causa, a de sempre: Angola. A Angola-continente da cobiça

«yankee», apetecível pela riqueza, pela posição estratégica que ocupa na África Austral. «Se eu tivesse dado facilidades às companhias americanas para lá se instalarem, sem peias ou restrições, nada disso teria acontecido (...). A tudo eles recorreram, até à corrupção ideológica dos nossos oficiais (a eles ligados pelo cordão umbilical da NATO), incutindo-lhes sentimentos antipatrióticos, tendo em vista o desmembramento da Nação.» A tudo, conseguiu ele resistir, a todos os ataques que os E.U.A. lhe moveram, em três frentes: a propaganda nos fóruns internacionais (com a O.N.U. em grande plano); o terrorismo, com a utilização de agentes seus, que recrutaram, industriaram e armaram líderes locais, como o Holden Roberto; o aproveitamento de todas as oportunidades que a conjuntura política nacional lhes oferecia. A primeira das quais teria sido, em sua opinião, a instrumentalização do chefe de Estado, general Craveiro Lopes que, na sua boa fé e ingenuidade política, se foi progressivamente enredando nas malhas que os oficiais do seu convívio lhe foram entretecendo:

«Não era mau homem, mas não servia para a função; por isso, tornou-se perigoso e tivemos de o afastar.»

A segunda «lança em África» (Salazar riu-se da sua própria expressão) teria sido mais elaborada e de preparação demorada Salazar referia-se à candidatura do general Humberto Delgado à presidência da República. De algum modo, contrapuz-me: «Mas o Humberto Delgado tinha outros apoios, a sua base eleitoral foi-se alargando ao longo da campanha; por outro lado, a questão de Angola ainda não tinha adquirido os contornos que posteriormente assumiu, inclusivamente a sublevação armada ainda não se tinha dado...»

Salazar interrompeu-me, com veemência: «Engana-se, minha amiga, engana-se.

A América é que esteve na origem dessa campanha. É evidente que houve outras razões, de carácter pessoal, até: a ambição do general, a sua falta de escrúpulos - esqueceu-se que a mim, só a mim, tudo ele

devia. Enfim, conheço os homens e há muito que nada me surpreende (...). A mudança do sistema de eleição do presidente da República, que deixou de ser directa, levou os nossos

”aliados” americanos a entrarem no campo da conspiração político-militar. Era a saída que lhes restava.»

Se as palavras de Salazar não foram exactamente estas, estiveram muito próximas. Falou-me da remodelação ministerial que teve de fazer, em 1960, para equilibrar forças e dar satisfação a algumas reivindicações do Exército, que continuava «corroído» pela influência norte-americana, em parte decorrente da subida aos níveis superiores da «nova geração» de coronéis, de generais, a

«geração NATO». «Repare que usei a terminação masculina, pois a ”nata” das Forças Armadas não era necessariamente essa...»

Salazar estava, realmente, bem-disposto... E mais ainda disse: que essa remodelação tinha levado ao afastamento de Santos Costa, o homem em quem sempre confiara nestas questões de «armas e bagagens castrenses». As entradas dos oficiais «liberais» para postos de chefia ou do governo (caso de Botelho Moniz e de Costa Gomes) corresponderam a «cedências», com que teve de pactuar. Cedências aparentes, pois quanto mais «expostos» estivessem esses

«cavalheiros» (estas foram as suas palavras) mais vigiados eles seriam - os cargos do poder, ou «rentes ao poder», são os mais visíveis e sobre os quais se pode actuar mais eficazmente. E foi isso que aconteceu: «Os pobres caíram na boca do lobo, como eu previra.» E acrescentou: «As manobras em que me pretenderam envolver ultrapassaram, em muito, o que seria previsível, em gente que se dizia de bem. O que se compreende, no entanto, se tivermos presente que o processo foi orientado por um dos melhores estrategas da C.I.A., colocado na Embaixada Americana, para o efeito.» É, pois, convicção de Salazar que o golpe foi montado dentro da Embaixada Americana e que um dia o mundo disso terá conhecimento: «Os Americanos têm a mania de guardar tudo o que é papel, vestígio ou resto, mesmo o que não devem guardar... Pensam que esse é o modo de fabricarem a História que lhes falta.»

E conta como se convenceu, por si mesmo, dos compromissos do Botelho Moniz: «Sabe, ele escreveu-me uma carta, a dizer que havia coisas mal, que o espírito do Estado Novo se tinha perdido e que importava reencontrá-lo, adaptando-o ao mundo de hoje. Disparates e confusões deste tipo. Não percebi o que ele queria que eu fizesse com a carta, possivelmente que convocasse o Conselho de Ministros para discutir as suas tonteiras... Como ministro da Defesa, talvez julgasse que essa seria a evolução lógica das coisas. Coitado.

Chamei-o a S. Bento logo que recebi a missiva e pedi-lhe que me explicasse o que pretendia. O homem pareceu ficar surpreendido com tanta presteza, mas lá se foi explicando. Como a conversa se lhe embrulhasse na boca e eu não gosto de adiar a hora de jantar por motivos tão fúteis, mandei-o voltar no dia seguinte, para continuarmos. Aí, apertei-o um pouco mais, sempre amável, na posição de quem quer saber para bem decidir. E ele lá se foi descosendo, falou dos americanos, que era assim que eles pensavam, que Angola constituía uma posição estratégica primordial, que os movimentos independentistas pró-

soviéticos acabariam por tomar um ascendente incontrolável, se não fossem tomadas algumas decisões. Fui concordando e acabei por lhe perguntar o que ele pensava que seria mais conveniente para se sair dessa situação. Claro, era a entrega dessa parcela de Portugal a quem lá estivesse e que fosse pró-

americano. Tudo gradualmente, claro, em negociações progressivas, mantendo a "portugalidade" possível. Enfim, a conversa habitual. Fiz-lhe ver que a

"solução" a nada conduziria e só apressaria a entrega do território aos soviéticos. Disse-lhe mais: que esse seria o "grande desastre americano", que conduziria ou a uma terceira guerra mundial ou à supremacia da Rússia no continente africano. Mandei-o embora, mas prometi-lhe que haveria de responder com mais detalhe à sua carta, merecedora, evidentemente, da minha consideração. A esta hora, ainda deve estar à espera da resposta, em paragens mais do que incertas do Além... Quando eu lá chegar, talvez lhe explique o assunto...»

Era a primeira vez que via Oliveira Salazar a brincar com a sua própria morte. Pediu para parar o carro em pleno Guincho e quedou-se em contemplação das ondas altas, das areias em movimento, a varrerem a estrada:

«Tão bonito e tão forte!» Quis regressar de imediato e foi continuando com a sua narração, agora mais lenta, pausadamente: «O cavaleiro, vendo que não havia resposta, passou a escrever ao presidente da República, almirante Américo Tomás, a pedir-lhe audiências. Ele, preocupado, lá o ia recebendo, a ver se o acalmava, se o convencia do disparate em que andava. Mas o outro, nada, de tal modo estava apertado pela administração kennedyana. A polícia ia-me informando das manobras conspiratórias, agora a envolver outros oficiais, generais, comandantes de diversas armas e regiões militares, pressionados pela mão do chefe. O Santos Costa, sempre atento, organizava as coisas com o Kaulza d'Arriaga, que estava à frente da aviação, a fim de que dispuséssemos de uma força de intervenção rápida, se necessário fosse. Todos começavam a ficar nervosos, ao verem que eu nada fazia, nem em relação à conspirata que se urdia, dia a dia, nem em relação a Angola, onde os terroristas continuavam a controlar zonas do interior e do norte, a deixar os colonos portugueses em aflição, pela insegurança em que os faziam viver (...). Eu aguardava somente o momento propício de intervir. Queria dar-lhes a noção de que estava na defensiva, indeciso, sem meios para agir. Queria que entrassem na ilegalidade total (e, entretanto, ia vendo quem me continuava afecto). E

assim aconteceu: como o almirante Américo Tomás não cedia às suas pretensões, resolveram fazer a revolta, não só contra mim, como também contra ele. O marechal Craveiro Lopes, na reserva, contactado, deu de pronto a sua anuência para assumir as funções de chefe de Estado, logo que o presidente Tomás fosse deposto. Mandou engraxar as botas, escovar a jaqueta de gala do marechalato e enfiou-a numa maleta de viagem, a aguardar que o chamassem..

- um grande número de opereta!

E, finalmente, a revolta foi marcada - para o dia 12 de Abril. A revolução da hora marcada, estrategicamente planificada pelos cérebros da NATO luso-americana... Na noite anterior, estive com o Supico Pinto e a mulher, que vieram jantar comigo, amigos que eram para todas as horas. Depois do jantar, nos jardins de S. Bento, expliquei-lhes como agiria. Foram para casa dormir, descansados...

E, no dia seguinte, "o grande dia", fiz três ou quatro coisas, apenas: mandei pôr as tropas do Kaulza de prevenção, a ocuparem posições estratégicas; exonerei o Botelho Moniz e todos os outros chefes militares, que, com ele, pactuavam. Nomeei um novo chefe do Estado-Maior, passei eu próprio a ocupar a pasta da Defesa Nacional e proferi, na televisão, na rádio, um dos meus discursos mais severos - o discurso em que anunciava sumariamente que tinha procedido a uma remodelação militar, em ligação com uma das maiores decisões de toda a minha vida: enviar para Angola, rapidamente e em força, os homens

e o material necessários à reposição da soberania nacional, em todo o território. Implicitamente, havia uma mensagem e uma advertência de fundo: que contava com a fidelidade, o sentimento do dever e o patriotismo do oficial do soldado do Exército Português.

Quando Botelho Moniz quis convocar os seus chefes militares, já não tinha legitimidade para o fazer, pois, ele e todos os outros, estavam destituídos dos seus postos e funções. Se alguém insistisse em fazê-lo, ficaria isolado política e militarmente. E, claro, considerado traidor aos supremos ideais de defesa da integridade nacional - a pôr em perigo a unidade territorial. E o seu castigo seria exemplar!

Esta foi uma das mais humilhantes derrotas da América. E a minha última e grande vitória, a vitória sobre a maior potência política do mundo - a América do Kennedy do sorriso amarelo.»

Para Salazar, a partir daí, tudo teria começado a mudar, inclusivamente a política dos E.U.A. - lentamente, é certo, mas sempre no sentido de uma maior colaboração e respeito: «Até vermos, pois isto de haver americanos convencidos de que governam o mundo...»

E mais não disse - tínhamos voltado a S. Bento e Salazar, cansado, quis recolher-se ao leito, de imediato.

### **Nem Tudo o Que é Legal é Moral**

Enquanto permaneceu em Coimbra - e ensinou na Faculdade de Direito -

Oliveira Salazar viveu «em república» com o padre Gonçalves Cerejeira, também ele professor, mas da Faculdade de Letras. Viveram nos «Grilos», velho casarão, outrora convento, onde tinham quartos alugados, nas águas-furtadas.

Quem lhes tratava da casa, das roupas, das comidas, era uma empregada, a D.

Maria de Jesus, como era prática no viver dos alunos e dos professores celibatários da Universidade de Coimbra, na época. As contas da casa, daquela como de todas as outras «repúblicas», eram feitas no fim-de-semana, com os cuidados de quem tinha pouco dinheiro e o escrúpulo da divisão equitativa das despesas pelos respectivos «repúblicos». Salazar encarregava-se da tarefa, habituado que estava ao trabalho da contagem dos tostões, durante o seu tempo de estudante pobre. Gonçalves Cerejeira, o futuro cardeal da opulência, protestava um tanto, pela parcimónia em que viviam, mas deixava correr as coisas, pelo cómodo da situação.

Esse proceder de contas feitas, semana a semana, trouxe-o Salazar para Lisboa, quando veio para a governação do país - trouxe o proceder e trouxe a Maria de Jesus. E célebres ficaram as agendas em que eram lançadas as notas do dia-a-dia e as referências às contas da semana, agendas em tudo iguais às que utilizava em Coimbra, nos anos vinte, trinta, encomendadas na «Coimbra Editora», à Rua Ferreira Borges.

Esse rigor, feito de austeridade e avareza, era por todos conhecido - e aceite. Em Salazar, nem defeito seria, feitio talvez. Era, sim, hábito enraizado, que lhe dava segurança e, aparentemente, prazer. com a doença, no fim da vida, tudo se alterou: Salazar não mais quis saber de dinheiro e contas, até ao dia em que perguntou à D. Maria quanto estaria a dever aos médicos que o tratavam.

Informado que era o Estado que tudo custeava, mostrou-se surpreendido, pois, em doenças anteriores,

tinha sido ele a suportar todas as despesas.

Esse incidente contou-mo a D. Maria, contente por o ver recuperar hábitos e preocupações que lhe eram caros.

Nesse dia, pareceu-me pois curial abordar a questão dos dinheiros:

- Já sei que está preocupado com a questão das despesas da sua doença, mas não tem razão para isso - essa é a função e o dever do Estado. Sobre o assunto, até já foi publicada legislação, para que não restassem dúvidas - está tudo legal.

Mas Salazar não se mostrava satisfeito:

- Nem tudo o que é legal é moral. E, neste caso, preferia pautar-me pelos princípios por que sempre me guiei. Se não tivesse dinheiro suficiente, podia vender a minha propriedade do Vimieiro.

Não me pude conter:

- Por amor de Deus, nem diga isso! Vender logo a sua quinta, de que tanto gosta!

- É que não tenho mais nada. Mas ela é minha, posso fazer dela o que bem entender.

- É sua, sem dúvida, mas bem lhe custou a melhorá-la, a aumentá-la... O

meu pai sempre me disse (e com muita admiração) que o senhor era tão honesto que nem dinheiro teve para adquirir uma pequena propriedade, ao lado da sua, que tinha sido posta à venda.

- Sim, é verdade, tive de pedir dinheiro emprestado a um amigo.

Gradualmente, lá fui amortecendo a dívida, como era minha obrigação - e combinação havida entre nós.

- Quer-me parecer que os seus escrúpulos em matéria de dinheiro constituíram, sempre, algo de excessivo. Inclusivamente, os almoços, os jantares que dava em S. Bento a entidades oficiais eram custeados por si, pelo menos, durante vários anos. O meu pai dizia-me que havia, aí, uma pontinha de pecado, o pecado do orgulho: o de ser o paladino da suprema honestidade!

O sorriso começava a desenhar-se na sua face:

- O vencimento de um presidente do Conselho de Ministros já é calculado para ele poder arcar com esses encargos, pelo que não vejo nisso nada de extraordinário. O contrário é que seria de estranhar. E repare que o dinheiro me tem chegado - até os direitos de autor dos meus livros eu tenho posto de lado.

Quando eu morrer, os meus «herdeiros» lá encontrarão os envelopes com o dinheiro que os editores me enviavam..

- Bem, admitamos... Mas não acha disparatada (perdoe-me o termo, mas não encontro outro) a sua teimosia em querer pagar uma renda mensal ao Ministério do Exército, para ocupar o Forte de Santo António, no Estoril, nos poucos dias que tem de férias, por ano? Francamente, eu não compreendo estes escrúpulos... Talvez o meu pai tivesse razão, ao falar do pecado do orgulho!



Salazar sorria, agora, abertamente. E dignou-se explicar-me:

- Compreende sim, compreende se eu lhe disser que a lei prevê que o presidente do Conselho tenha «uma» residência do Estado para seu uso. Não fala em duas! Como vê, eu limito-me a cumprir a lei.

Eu já o devia conhecer, para saber que, com ele, não valia a pena argumentar. No entanto, arrisquei-me:

- Há pouco, disse-me que nem tudo o que é legal é forçosamente moral.

Agora, vem-me com a lei... Mas o que pretende demonstrar com todo esse rigor? Que é uma pessoa séria, já todo o país o sabe e há muito.

- Penso que não é bem assim. O que é justo e certo depressa se varre da memória dos homens. Por isso, deverá ser permanentemente lembrado e o exemplo é a melhor forma de o fazer. Como já lhe disse, em conversa anterior, governar pelo exemplo é a forma mais inteligente de exercer o poder. E o exemplo das pequenas coisas não é menos importante do que o das grandes. A moral só tem uma medida - a da coerência de princípios e acções, que a consciência nos impõe.

Entrou a enfermeira das sete da tarde e a conversa, assim interrompida, teve de ser adiada para próxima oportunidade. Ainda bem, pois eu estava a ficar irritada - nem sei bem porquê... ou talvez soubesse: por este seu ar de supremacia moral, tão bem caracterizado, aliás, pelo meu pai. Ah, se ele soubesse como fazia pequeninas e mesquinhas as pessoas, nessas ocasiões...

Não sei se Salazar se apercebeu da minha irritação, mas, no dia seguinte, logo de manhã, recebi em casa um embrulho: era uma agenda de capa encarnada, com um cartão da D. Maria - «O Senhor Doutor manda-lhe uma das suas agendas, em que registava os seus afazeres. Ele diz que estão lá os seus últimos escritos, antes de adoecer».

As lágrimas vieram-me aos olhos: entre as suas últimas palavras, sobressaía o nome de «Eduardo Coelho», o seu médico assistente, cuja visita Salazar esperava no dia 5 de Setembro, pelas 19 horas e 30 minutos. Mas a letra já não tinha a firmeza habitual: o hematoma cerebral começava a afectar-lhe as funções motoras. Na noite de 4 de Setembro, a noite em que teria escrito estas palavras, Salazar era internado no Hospital da Cruz Vermelha.

# Para Que Servisse de Exemplo

Nos jornais de hoje, vêm fotografias do Senhor Presidente a votar nas eleições legislativas. Já as viu?

- Sim, já me mostraram. Que tal me achou?

- Bastante bem, com muita dignidade, mas com ar cansado.

- Mesmo muito cansado. Fiz um grande sacrifício, mas procurei manter-me digno. Sempre considerei que a imagem, o exemplo do chefe eram decisivos na condução política dos povos. E, sem dignidade, não há chefia que se imponha.

- O Senhor Presidente, no entanto, preferiu sempre colocar-se numa postura de distanciação, de austeridade, recolhendo-se na sua intimidade, mostrando-se o menos possível.

- Isso também é exemplo... «mostramo-nos» tanto pelo que fazemos como pelo que não fazemos. «Mostramo-nos» e impomo-nos.

- Claro, mas alturas houve em que tornou públicas algumas das suas condutas e, através delas, deu um sinal ao país, para que ele se apercebesse de que algo estava a mudar. Penso que estará de acordo comigo.

- Não sei, tem de se explicar melhor, para eu ver onde pretende chegar.

- Em Braga, onde eu costumava passar férias, ainda se contava uma história dos seus primeiros tempos de ministro das Finanças...

Salazar interrompeu-me:

- Penso que sei ao que se está a referir. Interessante como ao fim de tantos anos ainda circulam essas histórias. A Província é a memória da Nação! Mas conte-me essa história, tal e qual a ouviu -. suponha que o seu ouvinte não é o protagonista.

Eu sorri e... tentei fazer-lhe a vontade, contando-lhe a «sua» história:

- O ministro das Finanças tinha recebido várias queixas sobre um director ou chefe de Finanças de Setúbal. Funcionário muito pouco cumpridor de horários, o que, aliás, estava de acordo com a prática da maioria dos funcionários públicos da época. Prática tão generalizada e incrustada nos hábitos da Nação, que os próprios inspectores tinham dificuldade em exercerem a sua acção - não fossem, eles também, funcionários públicos... Por isso, o Ministro, professor de profissão, aproveitou a ocasião para dar uma lição, escolhendo esse caso típico de absentismo. Assim, certo dia de Outono, chegou de madrugada ao Ministério das Finanças, no Terreiro do Paço, subiu ao seu gabinete e, aí, recolheu a pasta com o processo do funcionário pouco cumpridor. Atravessou a rua e tomou o barco para a Outra Banda, onde, por sua vez, apanhou um transporte que o levou a Setúbal. Às nove horas já estava à porta da Direcção de Finanças, tendo sido informado que o Senhor Director ainda não estava, que viria mais tarde. «Não tem importância, eu espero» - e sentou-se num banco de madeira, a folhear, a ler os seus papéis. Por volta das

dez horas, o funcionário que o havia atendido, abordou-o: «Olhe que o Senhor Director não costuma vir tão cedo, vá tomar um cafezinho, que aqui dentro está muito frio.» Agradeceu a sugestão, mas que preferia esperar ali. Às dez horas e trinta minutos, começaram a aparecer outras pessoas, que se sentaram a seu lado, no banco corrido, à espera. Às onze horas, o Senhor Director ainda não tinha aparecido e os esperantes começavam a murmurar contra tal desaforo, mas tudo à boca pequena, para não criar animosidades. O funcionário lá os ia acalmando: «Tenham paciência, olhem que este senhor está aí desde a abertura e não diz nada.» Mas o exemplo parecia não colher... Às onze horas e trinta e cinco minutos lá apareceu o Senhor Director, que entrou no seu gabinete, solene, sem se dignar olhar para o povo da espera. Ao meio-dia menos cinco, o funcionário veio informar que o Senhor Director tinha muito que fazer e que já não atendia ninguém na parte da manhã. Que voltassem de tarde. Aí, Salazar falou: «Diga ao Senhor Director que eu vim de Lisboa de propósito para falar com ele e que não saio daqui sem o fazer. E que exijo ser recebido de manhã.»

Tanta determinação na voz levou o funcionário a consultar o seu chefe, que acabou por mandar entrar o recalcitrante. Enquanto Salazar se aproximava da secretária, o director ilustríssimo informou-o que fosse breve, que dissesse ao que vinha, e depressa, pois tinha de ir almoçar. Tudo dito sem olhar o visitante, pois continuava a vasculhar entre a papelada que se amontoava em cima da secretária. Então Salazar, sempre de pé, pois o outro não o mandara sentar, comunicou-lhe que era o ministro das Finanças e que tinha vindo em missão de inspecção. O Senhor Director parou na mexerellice das papeladas, levantou os olhos para o chefe supremo, reconheceu-o e... que o desculpasse, que se sentasse, por favor, pois não fazia ideia com quem estava a falar. Salazar, sempre de pé, respondeu-lhe que não o queria atrasar para o almoço e que, por isso, seria rápido. Ordenou-lhe que chamasse o funcionário mais categorizado e que este trouxesse uma folha de papel timbrado. E, aí mesmo, procedeu ao levantamento de um auto, pelo qual suspendia de imediato o Director, lhe punha um processo disciplinar e nomeava o outro funcionário como director interino. Guardou uma cópia do auto no bolso do sobretudo e ordenou ao director interino que enviasse o original, nesse mesmo dia, às instâncias superiores. Baixou a cabeça, em cumprimento discreto, desceu as escadas e sumiu-se na esquina da rua.

Fiz uma pausa, antes de terminar:

- É esta a história que deu a volta ao país e que fez tremer chefes prevaricadores, a história que se contava nos cafés de Braga e que ao Ministro conferiu uma auréola de chefe justo e protector do cidadão comum, vítima da prepotência da burocracia da Administração Pública.

Salazar tinha começado a sorrir no início da minha narração e ainda não parara. Eu não sabia como interpretar esse sorriso, por isso, comentei:

- Não me diga que as coisas não se passaram assim...

- Bem, a viagem, por exemplo, não foi tão romântica quanto a descreveu, nem o funcionário era assim tão importante... E tanto poderia ter acontecido em Setúbal como no Barreiro... Mas, no essencial, o que disse corresponde ao que se passou.

- E fez tudo isso propositadamente? Tudo foi pensado para obter o efeito que, de facto, conseguiu?

- É evidente que sim. Em última instância, constituiu um acto político, de cariz exemplar. Enfim, uma advertência ao país. Foi um acto político e foi um acto público, o que permitiu que tivesse ampla divulgação e relevância nacional. Para que servisse de exemplo.

- E assim se foi construindo a sua lenda, a impregnar a sua figura de um carisma que o distinguia do comum dos mortais.

- Nenhum político pode governar sem carisma. E muito desse carisma decorre da solidão em que se vive. É o preço mais elevado que um governante pode pagar. E eu paguei-o.

- Essa imagem de homem solitário, austero e rigoroso, quase ascético, foi construída, em muito, pelo António Ferro, nomeadamente através das entrevistas que lhe fez e que publicou no «Diário de Notícias», nos anos trinta.

Mas não é caminho único para um chefe se afirmar. O próprio António Ferro o disse. Ele também entrevistou Mussolini e conta-nos do excesso que o «Duce»

em tudo punha e da imagem de grandeza e de popularidade que isso lhe granjeou.

- São caminhos diferentes, Mussolini, em Itália, e mais tarde Perón, na Argentina, construíram o seu perfil através de um quadro de referências populistas, como convém a governantes de povos que têm a exuberância do espectáculo como ideal de vida. Nós, portugueses, somos diferentes -

governantes e governados. Identificámo-nos através do bom senso, da contenção e gostamos de viver em equilíbrio de actos e palavras. Repare como a inteligência e a moral são, entre nós, valores respeitados. A prova do que acabo de afirmar é o papel que, no período da Ditadura Nacional, as elites desempenharam na construção do Estado Novo. Muito do Portugal de hoje deve-se ao empenho de alguns professores catedráticos das Universidades de Coimbra e Lisboa, os quais, pela competência, pela dedicação, pelo bom senso fizeram de Portugal um país novo. E o povo reconheceu-o. Em nenhum outro país da Europa isso aconteceu.

- Mas essas pessoas nem sempre deram à Nação os exemplos de que ela precisava...

- Olhe que deram!

- Não sei. Eu recordo-me de o ouvir lamentar determinadas situações, certas atitudes de altos dignitários. Até de militares, de patentes superiores das Forças Armadas, que nem sempre teriam dado o exemplo que o senhor delas esperava.

- Bom, são coisas diferentes, talvez ocorridas em tempos e circunstâncias diferentes, que não convém misturar. Mas diga lá em que está a pensar, para ver se nos entendemos...

- Estou a pensar, por exemplo, na Índia, na Goa invadida, e no general Vassalo e Silva. Repare que eu nem condeno o General por se ter rendido sem combate, pois a situação era muito difícil e uma resistência ao exército indiano ocasionaria a hecatombe das nossas tropas. O Senhor Presidente é que sempre criticou essa falta de «exemplaridade» de Vassalo e Silva.

- Eu sei de onde vem a sua complacência para com o general Vassalo e Silva e os seus oficiais superiores. Vem de seu pai, que sempre se opôs a que eles fossem castigados, como mereciam. Enfim, é o passado e já nada há a fazer.

Mas que se perdeu uma oportunidade única na nossa história contemporânea, disso não tenha dúvidas. A oportunidade de mostrarmos ao mundo a singularidade do nosso estar.

Salazar calou-se, pensativo, para logo acrescentar:

- O sacrifício da vida pela Pátria é o maior exemplo que o homem pode dar ao mundo, o que mais o dignifica e engrandece. Através do exemplo, fez-se Portugal; sem ele, a Pátria já teria desaparecido. Por isso, é que dou tanto relevo ao Dez de Junho, Dia de Portugal, da glorificação dos nossos heróis que, no Ultramar, defendem a integridade da Pátria e a perenidade da Nação.

Salazar tinha entrado no discurso que lhe era habitual, de ideias e frases há muito por si feitas e... difundidas. Um discurso sincero, sem dúvida, mas igual a tantos outros que eu lhe ouvira. Bem curiosa, esta sua fixação em princípios e modos de os expressar, que o tempo e a doença não alteraram.

## **Não Deixemos Que os Falsos Profetas Desviem**

### **a Nossa Juventude do Caminho do Dever**

Temos falado de tanta coisa, Senhor Presidente... mas nunca me falou dos seus tempos de Coimbra, como aluno, como professor da Universidade. Soube pelos jornais que tinha recebido a visita de um grupo de estudantes de Coimbra e foi isso que me fez tomar consciência desta «lacuna»...

- Não sei se é «lacuna». São anos que consagrei ao estudo e à reflexão, como aluno, primeiro, como professor, depois. Enfim, foram épocas da minha vida em que a preparação avultou sobre a acção. Portanto, pouco haverá a dizer.

- Pelo contrário, até me parece que muito há a dizer. Mas queria fazer-lhe uma pergunta, antes de mais: considera que o estudante de hoje se assemelha ao estudante do seu tempo? Ou haverá diferenças importantes?

- Sim, há diferenças substanciais: hoje, para muitos estudantes, o tempo que passam na universidade não é consagrado ao estudo e à formação espiritual, mas sim, à luta política, à agitação social. Funcionam como agentes infiltrados de partidos políticos, que os recrutam e os endoutrinam.

- Mas não foi sempre assim? No seu tempo, também não havia luta política na academia? Não foi o senhor que se distinguiu entre os estudantes católicos, tanto pela palavra, como pela acção, lutando contra o que considerava injusto, opressivo?

- Nunca participei em agitações de rua, em motim a virar subversão. Eu e os meus colegas, os que lutaram a meu lado, sempre respeitámos a Constituição, mesmo estando em desacordo com ela. A nossa oposição manifestava-se pela palavra - escrita, oral. Conferências públicas, artigos em jornais constituíam a nossa arena política. Nada de oculto, nada da cabala que tudo subverte. Sempre nos colocámos numa perspectiva de acção pedagógica, de difusão do nosso ideário, tanto junto dos que nos eram afectos, como entre os que se nos opunham. Não pugnávamos por uma ideologia política, mas por um ideal cristão de Homem. Era essa a nossa revolução.

- Mas nesse tempo havia uma liberdade política que hoje não existe.

- Acredita nisso? Olhe que não, olhe que está enganada... eram tempos conturbados, de perseguição à Igreja e aos católicos, tempos de violência física e psíquica, em que as pessoas se sentiam ameaçadas, até nas suas próprias vidas.

A desordem imperava nos quartéis e destes estendia-se às ruas. Tempos em que a «grande liberdade» em que se vivia não permitia que as liberdades dos indivíduos pudessem ter lugar. Esta é uma das mais terríveis contradições dos tempos modernos: as democracias parlamentaristas, que se arvoram em porta-estandartes da liberdade, não garantem os direitos básicos do cidadão, sujeitas que estão à demagogia das clientelas eleitoralistas dos partidos que as suportam. Na verdade, não é liberdade, é libertinagem. Tempos em que a intolerância tomava conta do coração dos homens. Foi para pôr cobro a essa situação que o Exército fez a Revolução Nacional e nós construímos o Estado Novo, assente na organização corporativa da sociedade. Mas a minha amiga foi criada num outro mundo, por isso, é natural que não se aperceba da diferença.

E ainda bem que assim é.

- Evidente. Mas havia outra liberdade de associação e de publicação. O

Senhor Doutor fez conferências no C.A.D.C., (1) C.A.D.C. - Sigla por que ficou conhecido o Centro Académico de Democracia Cristã. (-) publicou artigos no

«Imparcial», enfim, dispôs de tribunas adequadas à expressão das suas ideias.

Hoje, e mais ainda a partir de 1962, as associações académicas estão fechadas ou são geridas por comissões nomeadas superiormente, a imprensa estudantil proibida. Também aqui há diferenças e grandes...

Salazar interrompeu-me, não irritado, mas em jeito de professor-explicador:

- É verdade. E verdade também é que, até inícios dos anos sessenta, a Associação Académica de Coimbra era eleita pelos estudantes e tinha a sua imprensa. Nunca ninguém perguntou aos eleitos quais as suas opções políticas ou religiosas. A única coisa que se lhes exigia era o cumprimento da lei: que funcionassem dentro da legalidade. Tudo se alterou quando o Partido Comunista começou a querer exercer o seu controlo. Nesse momento, tivemos de intervir, pois a Associação Académica deixou de servir os interesses dos estudantes e passou a constituir um instrumento ao serviço da subversão internacional.

- Penso que a sua explicação é um pouco simplista... até porque as reivindicações estudantis não se limitavam ao campo da política; abrangiam a própria Universidade - condições de vida e de trabalho dos alunos, apoios sociais que lhes eram devidos...

- As universidades já não se dirigem unicamente às elites - intelectuais ou sociais. O número de alunos que as frequentam é cada vez mais elevado e mais variado é o leque dos cursos que as constituem. Por isso, o Estado tem feito um forte esforço em ordem ao seu equipamento - material e humano. Têm-se construído novos edifícios, projectado e realizado cidades universitárias, desenvolvido a capacidade científica e cultural das instalações já existentes.

Também o apoio directo aos alunos tem sido incrementado, através de legislação e verbas apropriadas - residências universitárias, cantinas, bolsas de estudo... Por aí, os estudantes não se podem queixar. As suas queixas deveriam, sim, orientar-se para os dois grandes males que os afectam: os pescadores de águas turvas que os querem levar para os caminhos ínvios da agitação política; os professores que não

fazem da docência um acto de rigor e de entrega. Eles também são os grandes culpados...

O discurso de Salazar ia longo e curta, cada vez mais curta, a minha paciência... Há quarenta anos que este homem repetia as mesmas ideias, fazia os mesmos discursos. A fidelidade a si próprio, a constância do seu pensamento -

político, social - era algo que me afligia. O mundo mudara, ele, não. Por isso, voltei à questão inicial:

- O que disse a esses jovens que o vieram visitar no dia em que fez oitenta anos?

- Não muito. O dia era festivo e eles estavam mais interessados em verem se eu ainda estava vivo, do que ouvirem a lição de um velho professor da sua Universidade... Ofereci-lhes Vinho do Porto e... eles gostaram! Enfim, festejámos em conjunto o meu último aniversário - nenhum de nós o disse, mas todos o pensámos.

- Por que é que me quer pôr triste, ao dizer essas coisas?

- Ora, bem sabe que assim é. De qualquer modo, ainda estou vivo!

Calou-se, para logo continuar:

- Não sei se viu as fotografias que me tiraram. Numa delas, estou com um dedo espetado, a apontar para os estudantes, em jeito de mestre-escola a ensinar meninos. Por que será que todas as fotografias que me têm tirado ultimamente me apresentam em poses esquisitas? Querem apresentar-me como um louco ou, pelo menos, como alguém a caminho da senilidade? A quem incomodará alguma lucidez que ainda vou mantendo? Aos «meus»

estudantes, não, com certeza - bem pelo contrário. Eles são o testemunho do que ainda sou.

Salazar não esperava que eu lhe respondesse, queria apenas que eu ouvisse o seu desabafo e... que tomasse a devida nota! Assim, continuei:

- O Senhor Presidente é muitas vezes acusado de estar longe dos problemas da juventude. Esta observação não o incomoda?

- Não, pois é natural que esteja distante de muito do que os estudantes de hoje querem, pensam ou sentem. Há largos anos que me afastei do seu convívio, por força da governação que exerci (ou exerço...). Mas estou em crer que muitos dos valores que os animavam noutros tempos são os mesmos que os orientam no presente: o prazer do saber, o sentido moral, o apreço pelos que cumprem, pelos que se sacrificam pela Pátria, são valores que não podem ter mudado tanto assim, no espaço de uma ou duas gerações... E esses estudantes ainda são a maioria. Não deixemos, pois, que os falsos profetas desviem a nossa juventude do caminho do dever. É nesse sentido que a autoridade do Estado deverá ser exercida. Eu posso pactuar com muita coisa, com a bolchevização da juventude portuguesa, nunca!

- Bolchevização!?

Mas Salazar já não me ouvia: inesperadamente, tinha entrado no sono, em sossego, em paz - um bebé que a si mesmo se embala. Um sono leve, de fim de dia de uma fria Primavera, a última Primavera do ciclo da sua existência.

**Vivemos no Limiar de Um Mundo Novo**



# O da Irrracionalidade do Colectivo

Tínhamos passado a tarde a falar de coisas várias, de pessoas que ele, até há pouco, considerava amigas e que, agora, já não tinha nessa conta, tal o abandono a que o haviam votado. Quando descemos aos jardins de S. Bento, para um pequeno passeio, Salazar já estava cansado e, talvez devido a isso, talvez devido à nostalgia que a nossa conversa lhe tinha causado, todas as suas palavras assumiam uma conotação negativa, pessimista: o seu mundo que se desmoronava, o fim dos tempos que se aproximava... Por isso, resolvi atacar o assunto, de frente:

- É evidente que tudo tem um fim... E um dia também o senhor terá de se reformar, que pôr termo às suas funções. É a lei da vida, a que ninguém se pode furtar. Penso muitas vezes como será Portugal quando o senhor abandonar o poder, em definitivo...

- O poder já eu abandonei - ou ele me abandonou... O que acontecerá um dia, não sei, mas o que está a acontecer agora mostra como as instituições estão consolidadas: o governo funciona, a economia continua a desenvolver-se, as pessoas andam felizes... Como vê, não faço falta!

- Não é isso que eu queria dizer... Estava a referir-me ao espírito, ao clima de segurança, de ordem que o Senhor Presidente quis introduzir neste país, aos valores por que a sociedade portuguesa actualmente se rege.

- Quis introduzir ou... introduzi?

- Bem... não sei bem, mas penso que conseguiu fazê-lo. Mas ainda não respondeu à minha pergunta sobre o que será a era pós-Salazar: voltaremos aos anos dez, vinte, com todo esse rosário de convulsões políticas, económicas, sociais? Ou seguirá o país o rumo que o senhor lhe imprimiu?

- Eu creio que há valores que se adquiriram e que não mais se perderão: a tolerância, o respeito, o espírito de sacrifício - talvez o amor ao trabalho - são alguns desses valores. Talvez, em épocas de crise, esses valores não tenham grande visibilidade, mas acabarão por vir ao de cima, de tal modo estão impregnados na alma portuguesa.

A «tolerância» não me parecia valor que Salazar tivesse cultivado com muito afinco... mas, como não queria cortar o fio do seu pensamento, limitei-me a perguntar-lhe:

- Épocas de crise? Prevê que elas venham a surgir?

- É possível, não só por razões de ordem internacional, como por motivos inerentes à dinâmica da sociedade portuguesa - o que me tem preocupado bastante, nos últimos tempos.

- Mas a que se está a referir, exactamente?

- Cito-lhe dois exemplos de acontecimentos ocorridos nos últimos anos: um, em 1958, outro, há pouco, em finais de 1967. Através deles, compreenderá melhor o que pretendo dizer. Em 1958, o país foi abalado por um terramoto político e social: a campanha presidencial do general Humberto Delgado.

Repare, ele nada disse de novo, repetiu apenas os chavões da oposição. No entanto, agitou o país, de norte a sul. E porquê? Porque adoptou um estilo populista, de caudilho latino, que fala antes de pensar. Arrastou populações, fez vibrar multidões. Não vale a pena iludirmo-nos, menosprezando os factos - o que aconteceu foi grave e foi imprevisto. E sabe por que o povo se deixou impressionar? Por razões várias, sem dúvida, mas todas ligadas ao modo de comunicar utilizado por Humberto Delgado. O que ele dizia não interessava grandemente; interessava, sim, o modo como o dizia. Vivemos no limiar de um mundo novo, em que as formas, as exterioridades se impõem, ocultando os conteúdos. Estamos a viver num mundo sem ideias, num mundo de gestos. E

Delgado (talvez com a ajuda de algumas explicações dadas pelos seus amigos americanos...) compreendeu-o bem: apresentou-se como o paladino da coragem, como o homem novo, que tem de lutar contra tudo e contra todos, para se impor. Enfim, um salvador. Interessante...

Eu não concordava, mas não o quis interromper. Aguardei, pois, que recomeçasse o discurso. Após uma pausa, ele assim o fez:

- Nunca compreendi porque se chama herói àquele que se distingue pelo escândalo, pelo espalhafato da sua conduta. Quantas vezes, no fundo desses

«heróis», se oculta o homem medroso, que não tem a coragem necessária para viver, para lutar no dia a dia. Quem será a heroína: a «mãe coragem», que grita a sua revolta, ou a mãe corajosa, que se cala mas começa a labuta da sua casa, do seu trabalho, ainda de madrugada e de madrugada a termina? Assim é também em política. Talvez tenha sido por essa razão que nunca me entusiasmei muito com esses heroísmos.

Salazar, nesse dia, estava virado para a reflexão, não direi filosófica, mas...

- E lá fizeram eles a sua campanha, campanha à «americana», com música e foguetes - um espectáculo para os ouvidos, para os olhos - algo de inédito para o nosso modo de viver. Por isso mesmo, sedutor e perigoso.

- Referiu, há pouco, um outro acontecimento, mais recente.

- Sim, algo a que não foi dada importância, mas a que eu atribuo um significado muito especial. Como sabe, em 1967, em Novembro, houve aquelas inundações terríveis, que originaram a morte de centenas de pessoas. Foi num sábado, lembro-me bem, por outras razões... Na noite de sábado para domingo, ou mesmo já no domingo, deu-se uma grande explosão na antiga fábrica da pólvora de Barcarena, nessa altura depósito de munições militares. A infiltração de águas estaria na origem do desastre. A explosão, a deslocação do ar foram tão violentas que provocaram estragos numa área de alguns quilómetros, atingindo Oeiras e outras povoações costeiras. No dia seguinte, espalhou-se o boato: a Fundação de Oeiras ia explodir! Como surgiu essa suposição, quem pôs esse boato a circular? Nunca se soube, mas o facto da Fundação de Oeiras estar a produzir munições e armamento para as Forças Armadas talvez tenha estado na origem da atoarda. No relatório que me enviaram, dizia-se que o Liceu de Oeiras tinha sido um dos primeiros a ser alertado. Por volta das oito horas da manhã, passou por lá um polícia, em estado de grande inquietação: ia buscar a filha, dado o perigo iminente de explosão... Foi o rastilho, tudo entrou em pânico e a debandada foi geral. A estrada marginal ficou juncada de milhares (dezenas de milhar?) de pessoas em fuga, a pé, de carro, a caminho do Estoril, umas, outras, a tomarem a direcção de Lisboa. Ninguém sabia o que fazer e para onde ir: fugiam, apenas. Conhecia este episódio?

Eu não tinha uma ideia muito precisa, por isso, calei-me. E Salazar continuou:

- Este acontecimento preocupou-me bastante - e ao Ministério do Interior, também: O que fazer quando uma multidão se deixa dominar por forças irracionais e irrompe como uma manada de animais selvagens? Como controlar esse temor que vem do princípio dos tempos?

Salazar perguntava, mas não esperava resposta. Estava em dia de solilóquio, em que a palavra do outro nem sequer era escutada.

- Esses movimentos das massas, movidos por temores incontroláveis, sempre me assustaram. Já pensou como a multidão é volúvel? Como está sujeita às manipulações de um agitador sem escrúpulos - ou de um fanático? É esta a oportunidade de que a oposição tem estado à espera. Se isto acontecer, espero que já não esteja neste mundo, para ver.

- Hoje, está verdadeiramente catastrofista!

- Talvez, mas também estou em crer que os valores de que falámos não desaparecerão facilmente: mesmo que sejamos abalados por perturbações políticas ou sociais, esses valores, esses princípios voltarão sempre - eles não estão sujeitos às leis da volubilidade, como as multidões. As gerações que nos sucederem hão-de compreender que trabalhámos para elas, que os sacrifícios que fizemos tinham um objectivo: a sua elevação moral e espiritual. Esta ideia dá-me algum conforto, agora que os meus dias se aproximam do seu termo.

Salazar, nesse dia, estava decididamente virado para a premonição, que ele cultivava de forma vaga e um tanto enigmática. E, por mais esforços que eu fizesse, nada mais dele consegui obter.

VINGANÇAS, MEDOS, INVEJAS:

O LADO DE DENTRO DO ACTO POLÍTICO

**Uma Ofensa? Não, Nunca Perdo**

Desde menina que eu ouvira contar pequenas histórias sobre Salazar.

Um, a atestarem a sua grandeza de alma, o seu rigor feito de justiça e de respeito pelo próximo. Outras, a expressarem a sua mesquinhez, o seu espírito vingativo. Durante muito tempo, não dei crédito a estas últimas. Hoje, que o conheço melhor - no bem e no mal -, hoje, estou em crer que alguma razão assistia aos seus detractores. Entre esses episódios de um quotidiano perspectivado pelo lado negativo, houve um que sempre me impressionou: o do escritor Joaquim Paço d'Arcos, amigo velho da minha família.

Quando Salazar foi nomeado ministro das Finanças, em finais dos anos vinte, começaram a circular histórias a seu respeito, algumas tocadas pela mordacidade que só o humor português nelas sabe pôr. Paço d'Arcos, o futuro escritor, jovem funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, colecionava essas anedotas - o que não era despiciendo num escritor em fase de aprendizagem. Assim, num fim de dia pardacento, quando saía do serviço, avistou, ao fundo de um corredor do Ministério, um grupo de colegas que conversavam. Dirigiu-se-lhes, cumprimentou-os e apercebeu-se que havia entre eles uma personagem que não conhecia, mas cujas feições também não distinguia com precisão, nesse lusco-fusco de fim de tarde. Como vinha com o olho a brilhar e a orelha quente da última anedota que

ouvira sobre Salazar, não cuidou de mais pormenores ou apresentações e, logo ali, a despejou. O silêncio que se seguiu, levou-o a atentar no desconhecido: o rosto não se lhe afigurava de todo estranho e a suspeita transformou-se em certeza quando lho apresentaram: «O Senhor Professor Doutor Oliveira Salazar.» A frieza do cumprimento do Ministro-Todo-Poderoso deixou-o incomodado: «Como está?»

A partir daí, o futuro de Paço d'Arcos no Ministério estava traçado: até ao fim dos seus dias, nunca passaria de um funcionário de carreira, a ocupar postos sempre relativamente secundários. Outros, com menos méritos, foram subindo na hierarquia, ele, não. Várias vezes foi proposto para cargos mais altaneiros, mas sempre o silêncio se sobrepôs às propostas apresentadas pelos seus chefes. E, o mais curioso, era a sua postura política, durante toda a vida: a postura de um acérrimo admirador e defensor de Salazar e do salazarismo -

dentro e fora do Ministério.

Pouco a pouco, a sua fama como escritor foi-o projectando para a ribalta da cultura portuguesa: os seus contos, as suas peças de teatro, os seus romances, nomeadamente a partir da publicação da «Ana Paula» (que eu e todas as minhas amigas lemos com a sofreguidão da adolescência), passaram a constituir os «best-seller» da literatura de ficção dos anos quarenta, cinquenta. Mas nem a sua fidelidade ao regime e ao seu chefe (a quem ofereceu vários dos seus livros), nem a fama granjeada, lhe valeram de muito para o transformar em expoente oficial do Estado Novo - tão carente de valores nas áreas da literatura, da cultura. Não o foi, porque Salazar nunca o permitiu.

Era esta a história que um tio meu contava. E foi esta a história que transmiti a Salazar, com os cuidados devidos, evidentemente. Ele não a negou, nem a confirmou, limitou-se a comentar-.

- O funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Joaquim Paço d'Arcos, nunca foi prejudicado na sua carreira. Cumpriu o seu dever e o Estado cumpriu os seus. É assim que eu vejo a função pública.

- Pois... E os seus méritos como escritor, a sua devoção ao regime e à sua pessoa, não acha que eram dignos de outras compensações?

- Não.

Tanta secura não era habitual nas nossas conversas. Nem essa atitude correspondia à política do Estado Novo para com os seus admiradores. Por isso, fui acrescentando:

- Creio que ele lhe ofereceu alguns dos seus livros. Chegou a lê-los?

- Li alguma coisa.

- E gostou?

- Têm os seus «méritos» (se quisermos utilizar a sua expressão), principalmente o de retratar uma certa sociedade portuguesa, que não era necessariamente a melhor.

- Adivinho aí alguma crítica...

- Os factos são o que são.

Nesse dia, nada o demovia... A parede entre nós parecia estar cada vez mais espessa - sem uma fresta por onde espreitar. E, então, arrisquei:

- O Senhor Presidente nunca perdoa uma ofensa, pois não?

- Uma ofensa? Não, nunca perdoo. Nem admito que se brinque com o que é sério e digno de respeito. Os governantes que trabalham honestamente, que sacrificam ao serviço público vida e saúde, são os grandes obreiros do futuro, os construtores da Nação. O seu labor tem de ser preservado de maledicências chocarreiras. E faça-me um favor: não me volte a falar no assunto, que ele não tem a importância que lhe está a dar.

A resposta estava dada.

### **Mas, Afinal, Por Que Invejava Eu Esse Homem?**

Salazar tinha-me pedido que eu lhe levasse alguma literatura que dele falasse:

- Noutro dia, ouvi uma conversa entre as enfermeiras (não sei, deviam pensar que eu estava a dormir), em que uma dizia que o país ficaria aliviado quando eu desaparecesse de vez. É triste, se é esta a imagem que vai ficar de mim... Não creio, no entanto, que todos pensem assim. Traga-me algum livro, algum artigo, em que eu «veja» a opinião que os meus contemporâneos, aqueles que melhor me conheceram, fizeram de mim. Algo de mais bem fundamentado do que a tagarelice de uma enfermeira de serviço.

- E que espécie de livro quer o Senhor Presidente que eu lhe traga? -

inquiri eu, preocupada que estava pela amargura que lhe sentia na voz.

- Escolha a senhora. Não sei, talvez um «clássico», um daqueles que falaram do que eu fiz, do que eu pensei. Algo que me recorde a grandeza do meu fazer, do meu dizer.

Nos dias seguintes, não pude ir a S. Bento, adoecera-me um familiar e tive de lhe fazer companhia. Mas Salazar impacientava-se:

- Quando é que traz os livros? - dizia-me ao telefone a D. Maria, a dar conta da ânsia do doente.

Quando apareci em S. Bento com dois livros na mala, as «Férias com Salazar», de Christine Garnier, e o «Salazar», de António Ferro, Salazar ficou visivelmente satisfeito, mas não quis que eu abrisse o livro da Christine:

- Não, não me leia nada dela, prefiro recordá-la pela visita que me fez aqui no hospital, há tempos atrás. Mas traga-me, quando cá voltar (e espero que seja em breve, que não faça como desta vez...), traga-me a edição francesa - foi a primeira e é a mais bonita. vou guardá-la, aqui na mesa-de-cabeceira. Olhá-la, me bastará.

E pediu-me que eu lhe lesse algumas passagens da obra do António Ferro:

- Era um homem muito inteligente, o país deve-lhe muito interrompeu-me, enquanto eu lhe lia partes de uma entrevista que o Ferro lhe havia feito, tendo como tema aquilo a que chamou a «Política do Espírito», ou seja, a política cultural de um estado ditatorial (o Portugal dos anos trinta).

Pensei que queria que eu interrompesse a leitura, mas fez-me sinal para continuar. Passados alguns minutos, estava a dormir. Tinha sido um dia fatigante, com uma noite mal dormida e vários exames clínicos de permeio.

Deixei-lhe o livro aberto na página em que íamos e voltei para junto da minha sobrinha doente.

No dia seguinte, foi ele que me falou do António Ferro:

- Dois homens tiveram uma importância grande na modernização do país: o Duarte Pacheco e o António Ferro. Tinham algo em comum: aliavam o ideal a uma grande capacidade de acção. Um, transformou Lisboa numa capital europeia, o outro deu ao país a dimensão cultural que lhe faltava. São os homens do Portugal Moderno, que a leva mais antiga dos políticos, na sua maioria colegas meus da Universidade de Coimbra, não podia...

Foi interrompido pela enfermeira do medicamento da hora certa. Quando ela se retirou, continuou:

- As décadas de trinta e de quarenta constituíram a época de ouro da cultura em Portugal. Toda a «inteligência» esteve ao serviço da Nação, em sintonia com a Nação. Tudo culminou com a Exposição do Mundo Português, em 1940, e continuou nos anos subsequentes. António Ferro procurou actuar em todos os campos: nas artes plásticas, nas letras, no bailado, no teatro, na música. A arte ao serviço de todos. É nesse sentido que deve ser entendido o conceito de arte popular.

Nunca tinha ouvido Salazar discursar tanto e com tanto ardor sobre a cultura.

- E o Senhor Presidente apreciava essas manifestações, ia a alguns espectáculos?

- A alguns. Mas o que eu admirava mais em António Ferro era o seu sentido político, a sua fé no valor da cultura como instrumento de união e de elevação espiritual dos Portugueses. Enfim, a realização do Estado Novo através do que ele chamou a «Política do Espírito». Foi um momento único, que não se voltou a repetir.

- E porquê?

- As eleições de 1949, a candidatura do general Norton de Matos para a presidência da República, vieram modificar o panorama, em múltiplos aspectos.

Introduziram o vírus da política, da pequena política em todos os actos da vida portuguesa. Correspondeu, também, a uma entrada organizada do Partido Comunista Português na cena política. Partido que vinha a ser reestruturado por Moscovo, com evidentes propósitos de desestabilização nacional. A manipulação que exerceu nos intelectuais levou-os a apoiar ideias de esquerda, a distanciar-se de ideais nacionais - consideraram-se instrumentalizados pelo Estado. Enfim, opções de momento, de que muitos se teriam arrependido. Mas que deixaram marcas fortes na sensibilidade de António Ferro: tanta ingratidão, creio, tirou-lhe ânimo e vida. E eu compreendi o que ele sentia, pois, pelo mesmo, já tinha eu passado. Tentei tirá-lo daqui, mandei-o para a Suíça, como nosso embaixador, mas o homem estava ferido de morte - e pouco mais durou.

Salazar parecia comovido. Fez uma pausa, antes de continuar.

- Eu admirava-o e invejava-o. Nunca senti algo de tão contraditório por alguém. Durante anos, pensei

nisso e sempre estive em crer que as nossas semelhanças eram também a razão de ser das nossas diferenças. Em última instância, éramos dois estetas, mas, em mim, se a fruição do Belo provocava um estado contemplativo (a culminar num estado de quase ataraxia), nele, era factor de acção, de intervenção de cariz eminentemente pedagógico. António Ferro foi o grande pedagogo da História da Cultura em Portugal: ensinou-nos a ver, a compreender, a amar a Beleza. Por tudo isso, eu admirava-o, invejava-o.

Mas, afinal, por que invejava eu esse homem?

A emoção de Salazar era notória, o que nos levou a dar por finda a nossa conversa. Outras oportunidades haveria para voltarmos a falar destes assuntos.

### **Em Portugal, Nunca Haverá Um Maio de 68**

Passados uns dias voltei à nossa conversa anterior:

- Quando me falou do António Ferro e da sua «Política do Espírito», política que também foi sua, o Senhor Doutor revelou-me uma faceta que eu não lhe conhecia: a admiração pelas artes, pelos artistas. Mas a sua atitude perante a cultura não se foi alterando ao longo dos tempos?

- Não sei, não compreendo a sua pergunta...

-- É fácil, refiro-me às perseguições de que «os homens do espírito» foram alvo, pelo menos, a partir dos anos cinquenta.

- Não me recordo de nada de relevante.

- Não só os homens, como as manifestações artísticas, tantas e tantas vezes proibidas.

Nesse dia, eu queria fazê-lo falar. E acrescentei:

- Por exemplo, em Junho do ano passado eu assisti ao espectáculo de bailado do Maurice Béjart, no Coliseu. Foi qualquer coisa de deslumbrante.

Mas, no dia seguinte, o Senhor Presidente mandou cancelar o segundo espectáculo e deu vinte e quatro horas ao Béjart e ao seu grupo para abandonarem o país. Ninguém compreendeu a sua atitude.

Salazar sorria. Espantosamente, as minhas «impertinências» não o irritavam, talvez porque a minha intenção fosse demasiado evidente. Salazar continuou a sorrir por um bom momento e, finalmente, dignou-se responder.

- Bem, quer-me puxar pela língua. Pois se assim o quer... Para mim, arte e política não se devem misturar. Cada uma tem o seu âmbito específico. E não há pior político do que um bom artista. Desde Platão que o sabemos.

- Sim, talvez, não sei... Mas o que tem o Béjart a ver com o assunto?

- Tudo. Se assistiu ao espectáculo deve estar recordada que, no final, ele veio ao palco e fez uma gravíssima exortação ao derrotismo, ao laxismo. E ao abandono das nossas Províncias Ultramarinas.

- Não, não tenho essa ideia. Recordo-me que a frase-chave do espectáculo era a célebre «Façam amor, não façam guerra», que só adquire significação se integrada no próprio espectáculo. No final, Béjart limitou-se a dizer duas ou três frases de ordem geral sobre a guerra, a violência e pediu um minuto de silêncio pela morte de Robert Kennedy, de que teve conhecimento nesse momento. Sobre o Ultramar Português nada se disse.

- Engana-se. Sobre o Ultramar disse-se tudo, como se depreende do que acabou de me relatar, e que, «grosso modo», corresponde ao que se passou no Coliseu. A exortação ao pacifismo, quando a guerra nos é imposta por agressores estrangeiros, que se querem apropriar do solo pátrio, é delito grave, para o qual não pode haver contempções. Temos princípios, temos valores e não podemos deixar de exercer a nossa autoridade quando eles são postos em causa.

Nesse dia, não podia haver diálogo: Salazar descontextualizava e empolava um acontecimento de ordem cultural, dando-lhe, ele sim, uma relevância política que, em si mesmo, não tinha. No entanto, fui insistindo:

- Mas o Senhor Presidente não acha que, após a sua intervenção, o acontecimento assumiu uma envergadura despropositada? Por que não deixá-

lo no seu âmbito cultural - forçosamente restrito e não o projectar para a ribalta da política nacional, como aconteceu?

- É evidente que não. Aproveitei este acontecimento, como lhe chamou, para mostrar a portugueses e a estrangeiros, que o Estado não vivia em crise de autoridade. Portugal não é a França. Em Portugal, nunca haverá um «Maio de 68».

Posta a questão nestes termos, nada mais havia a dizer. Voltei à discussão

- genérica - da Arte e da Política:

- Disse-me há pouco que Política e Artes são realidades diferentes, a não se confundirem. Mas a «Política do Espírito» não pretendia, exactamente, utilizar a cultura como forma de fazer política?

A armadilha estava lançada, mas Salazar parecia que não se apercebia:

- Há políticas culturais e políticas culturais, as boas e as más. As que engrandecem uma Nação e as que a destroem. com estas, temos de ser intransigentes, pois são formas perigosíssimas de propagar a subversão.

Decididamente, Salazar, nesse dia... Tanta rigidez sempre me havia intrigado, principalmente vinda de inteligência tão brilhante:

- O bem e o mal... O certo e o errado... Como consegue ter tantas certezas?

Quando o ouço falar, parece que o estou a ver traçar uma linha, a separar pessoas, factos, ideias... Mas, às vezes, não tem vontade de passar de um lado para o outro, de rever a sua opinião sobre as coisas, as pessoas?

- Nunca! Antigamente, hesitava sobre o que pensar, fazer. Mas quando me decidia, não voltava atrás. É



uma característica pessoal, imprescindível a um político.

- Disse-me que, às vezes, demorava a tomar uma decisão, a definir uma posição. E quando é que tinha a certeza de ter encontrado a boa solução? Ouvia primeiro outras opiniões, confrontava-as com as suas?

- Sim, sempre ouvi os outros, mas sempre resolvi em solidão. Eu insistia, queria saber como funcionava uma mente tão poderosa quanto a sua:

- Mas era de repente que lhe vinha a resposta que procurava, algo como um clic a iluminar-lhe a consciência? Ou, pelo contrário, o seu pensamento seguia um processo dedutivo?

- Creio que as coisas não se passavam, não se passam - corrigiu-se, um toque de ironia na voz - sempre do mesmo modo. Por vezes, é durante a noite (as minhas noites de insónia) que encontro o que procuro, depois de muito reflectir, outras, é de repente que a evidência da «coisa» se me impõe.

- O clic da evidência?

- Sim, o clic da evidência ou, se quiser, a evidência em forma de clic...

Evidente era apenas uma coisa: Salazar não me tomava a sério... E também não parecia que tomasse muito a sério a explicação que me dava. Eu sentia-me ridícula, mais ainda pelo sorriso que lhe iluminava o rosto. Não, não era assim que se desvendavam os mistérios de uma mente como a sua. Uma mente exercitada, durante dezenas de anos, num jogo permanente de verdades, de semiverdades, de não-verdades. Um jogo de subtilezas e astúcias. Maquiavel não vem comer à palma da nossa mão.

**A Palavra da Igreja Nem Sempre é a Palavra de Deus** Há dias, o Senhor Presidente falou-me da sua fé em Deus e da força que daí lhe advém. Ultimamente, tenho visto como é grande a sua religiosidade e como é autêntica a sua fé. O modo como se entrega à oração tem-me comovido... Foi sempre assim? Tanta devoção tem-no acompanhado ao longo da vida? Não teria havido momentos em que os trabalhos do mundo se tivessem sobreposto aos de ordem espiritual?

- Nunca. Sempre fui um homem de fé e um católico convicto. Nem de outro modo poderia ser: no meio de tanta refrega, só em Deus poderia encontrar força e lenitivo. Diz que me vê rezar com devoção? É natural que o faça e, hoje, mais do que nunca - o meu sofrimento tem sido grande e o meu fim está próximo...

Salazar não acabou a frase, agarrou-me a mão, meteu-a entre as suas, as lágrimas nos olhos. A emoção não lhe permitia continuar, o que me deixou um tanto embaraçada. Por isso, tentei retomar o fio da conversa:

- Sim... mas permita-me que eu lhe expresse alguma perplexidade. Por um lado, o senhor é um homem de fé, de piedade. Por outro, tem assumido posições contra a Igreja e os católicos... Ora, isso é surpreendente, no mínimo...

- A que posições se está a referir?

As lágrimas tinham-se-lhe secado e o rosto apresentava-se desanuviado, quase alegre - aprontava-se para o «combate»...

- Variadíssimas. Por exemplo, a perseguição aos organismos da Acção Católica e à J.O.C., (*Juventude*

*Operária Católica*.) em particular. E por que não recordar o padre Abel Varzim e a sua obra social? E talvez todos os católicos que quiseram reformar a sua Igreja e actualizar a sua fé...

Salazar interrompeu-me:

- Sim, sim, os católicos progressistas... Muitos... em vias de se tornarem comunistas!

Não atendi à provocação e continuei:

- E o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, proibido de entrar na sua diocese e até no seu país? Não era um comunista...

- Houve razões de Estado que impuseram essas medidas. Nada fiz de ânimo leve, a tudo me obrigaram. E, por vezes, com muita mágoa minha.

A voz de Salazar não tinha ponta de mágoa, o olhar, ainda menos...

- Não sei, não o compreendo, há atitudes suas que me deixam desconcertada e que nem as suas «razões de Estado» me conseguem convencer.

Salazar, sorria, o que me começava a irritar. Voltei à carga:

- Em 1959, 1960, um deputado, o professor Carlos Moreira, seu colega de Direito na Universidade de Coimbra, propôs à Assembleia Nacional que o nome de Deus fosse invocado no preâmbulo da nossa Constituição. O Senhor Presidente opôs-se-lhe. Mas porquê? Outros países, com menos tradições e menos laços com a religião, têm Deus como fonte e fundamento do poder temporal.

- Pelas razões que já lhe disse: para dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Uma coisa é o poder temporal, outra, o espiritual. Sempre tenho defendido essa separação.

- Às vezes, vejo-o como alguém que se considera um eleito, acima de tudo e de todos. Um iluminado, um governante por direito divino...

- Bondade sua, minha amiga, bondade sua! - como sempre, Salazar não tomava a sério as minhas provocações...

Fez uma pausa antes de recomeçar o seu discurso:

- O problema da Igreja decorre da grande crise de religiosidade, que grassa nesta segunda metade do nosso século, a que a Igreja não fica imune. De um modo simples, poderá definir-se como uma perda da sua vocação espiritual.

A Igreja está em vias de se transformar: o reino dos homens está a sobrepor-se ao reino de Deus. De cada vez mais, ela se arvora em condutora política dos povos. Progressivamente, vai usurpando o poder que ao Estado pertence -

condiciona-o, pelo menos. O que envolve riscos, tanto para a Igreja que, assim, perde a sua vocação, a sua razão de ser, como para o Estado, que se enfraquece.

E sem um Estado forte nunca poderá haver uma Igreja forte. Está a gerar-se uma confusão de planos e de poderes, que põe em causa o equilíbrio milenário da civilização ocidental.

- Mas nada disso corria perigo com a Acção Católica. Penso até que pelo contrário... O Senhor Presidente, ao fazer aquele discurso terrível de condenação da J.O.C., criou fortes divisões entre os católicos e levou muitos jovens a afastarem-se da Igreja e, principalmente, de si...

- É possível, mas, em certos momentos, é preciso separar as águas, para que o mal não se propague e o que é bom não seja contaminado pelo mal. Não se esqueça que a «sua» J.O.C, estava infiltrada por agentes comunistas, como se viu nas tentativas de golpe de Estado de 1959 e de 1962, em que os seus dirigentes tiveram um papel decisivo. A cristianização da sociedade deixou de ser a sua preocupação, outra se lhe sobrepôs: a comunização. Tiveram que ser contidos, em tempo.

- Mas o Bispo do Porto...

- Sobre o Bispo do Porto, melhor será nem falarmos. A sua famigerada

«carta aberta», divulgada em plena campanha delgadista, foi uma provocação e revelou uma falta de elegância, que nunca supus possível num príncipe da Igreja - um príncipe inteligente, o que mais agrava a situação.

- E teria ele outro meio de se fazer ouvir?

- Certamente que sim. Sempre escutei os meus opositores, aqueles que se me opunham de um modo sério, construtivo. Quantas vezes estive em discordância com o cardeal Gonçalves Cerejeira e quantos problemas resolvemos nós, pela via do diálogo... O que eu não posso admitir é a deslealdade, a quebra da confiança. O escrito do Bispo do Porto foi de uma deselegância... Nunca esperei tal afronta de um bispo. Uma afronta pessoal e desnecessária, a mim, que tanto apoio dei à Igreja Católica Portuguesa.

- Penso que nem todos os católicos viram o problema assim.. Mas queria colocar-lhe outra questão, ou a mesma, sob um outro ângulo: as suas posições contra a Igreja ainda são mais inexplicáveis se pensarmos que o senhor foi educado num seminário e à carreira eclesiástica destinado... No fundo, até poderá parecer que há algum ajuste de contas, pelo menos, algum ressentimento...

- Bom, não vamos entrar no delírio das explicações psicológicas, agora tão em moda! A questão é bem mais simples: deixei a carreira eclesiástica por querer actuar no mundo do social e modificá-lo pela força da actuação política.

Penso que estamos esclarecidos, neste ponto. O que não se me afigura correcto é alguém querer desempenhar funções eclesiásticas e, em simultâneo, funções políticas na sociedade civil. Quem quiser exercer a acção política (a favor ou contra nós) que assuma frontalmente a sua passagem ao estado laico, que não se esconda sob a capa de uma instituição respeitável, que tem como vocação e finalidade a criação do reino de Deus, na terra. Assim, eu o fiz. Servir a dois senhores é que não pode ser: a nenhum deles aproveita e ao servidor ainda menos.

Agora, era eu que não podia deixar de sorrir e a sorrir lhe fui dizendo:

- Essa delimitação de funções, de papéis institucionais parece conter algo de medieval: a Nobreza

governa, o Povo trabalha, o Clero... reza!

- O Clero reza... deveria rezar! A religião, para o continuar a ser, terá de se confinar ao múnus da sua espiritualidade. A religião é a forma mais nobre de aperfeiçoamento e salvação individual.

A minha alma é única e única é a minha relação com Deus. Ninguém morre, ninguém se salva em grupo. E a ascese cristã é a finalidade maior de cada um de nós, os filhos de Deus.

- Mas quando esses filhos de Deus se juntam em comunidade, a sua acção terá de ser forçosamente colectiva.

Salazar meneava a cabeça em sinal de desacordo. E como professor tolerante que era, resolveu explicar:

- Numa catedral, podem estar mil pessoas, mas quando o verbo do sacerdote desce do púlpito e sobe às abóbodas do templo, é à salvação de cada um de nós que ele apela. O sacerdote de Cristo fala, aparentemente para o grupo; na verdade, ele fala para um conjunto de indivíduos que só têm em comum uma coisa: a sua fé. Ele não se dirige ao todo, dirige-se a cada um dos que o escutam. Este é o sentido da pregação de Cristo. Às vezes, a Igreja esquece-se desta verdade. E muito da crise que nos afecta decorre da perda desta perspectiva para nós fundamental. Assim, não admira que o homem não encontre o seu caminho.

- Portanto, a Igreja deve ajoelhar e rezar - pura e simplesmente...

- Evidentemente que não; a ela também compete o exercício da virtude e o seu exemplo. Mas onde, Deus meu, onde estão as três virtudes teologais: a fé, a esperança e a caridade? Virtudes que deveriam habitar no fundo do coração de cada homem e pautar a relação com o seu semelhante.

- Portanto, as virtudes não são apenas individuais, mas também sociais...

- O que quis dizer foi algo de muito simples: são as virtudes que animam cada um de nós, nós... os «indivíduos» de Deus, e é através delas que se devem pautar as nossas relações com cada um dos nossos semelhantes. Se não compreendermos deste modo a mensagem de Cristo, nunca poderemos viver a sua doutrina, logo, praticá-la. Esta, é a tragédia de alguma Igreja de hoje - faço votos para que a lucidez lhe volte, para a salvação do Povo de Deus. E também é pela Igreja e pelo Santo Padre que a minha amiga me vê rezar.

O REMORSO, ESSE SOPRO DA MORTE

**Esse Pântano do Absurdo Que é o Nosso Inconsciente** O Senhor Presidente disse-me há dias que o general Craveiro Lopes não era má pessoa, mas que não servia para «a função» e que, por isso, teve de ser afastado...

- Penso que não foi exactamente desse modo que me referi ao marechal Craveiro Lopes, pois, enquanto presidente da República, desempenhou as suas funções com dignidade e sentido patriótico. Teve de ser afastado por outras razões.

- Por se ter tornado perigoso?

- Sim e por outra razão.

- E qual foi, pode saber-se?

Salazar pareceu hesitar e acabou por responder, baixinho, com os olhos postos no longe:

- Por me ter traído.

Fez-se silêncio, enquanto o automóvel do passeio rodava lentamente pela estrada de Sintra. Respeitei o seu não-dizer e nada mais quis saber. E foi ele que acrescentou, bastante depois:

- Preferia não falar no assunto.

Passados três, quatro dias, Salazar quis voltar a Sintra, desta vez, para «ir lá acima, recordar castelos e arvoredos». Durante a viagem, nada dissemos de jeito, pois ele respondia por monossílabos às atenções que lhe prodigalizávamos. Mas eu pressentia que ele tinha algo para me dizer. Quando chegámos ao Castelo dos Mouros, ele propôs ao motorista e à enfermeira, que nesse dia nos acompanhavam, que fossem dar uma volta, pois «o tempo estava bom». Queria ficar a sós comigo:

- Olhe, minha amiga, tenho pensado no Craveiro Lopes. A sua curiosidade (ah, estas senhoras da curiosidade!) perturbou-me. Durante o dia, recordo o que aconteceu e vejo que tive razão em o afastar. Mas, de noite, tudo é diferente: sonho com o cavalheiro, com : a mulher, a D. Berta, e sinto-me mal, muito mal, culpado nem sei de quê. Mas culpado. Sonhar com mortos, com quem tivemos as nossas desavenças, não é nada agradável, pode crer.

Salazar voltou a confinar-se ao silêncio, mas tinha de expressar o que lhe ia na alma:

- Quando morreu o marechal Carmona, eu sofri um grande abalo moral.

Sabia que ele estava doente, cansado, mas nunca esperei que o desenlace fosse tão repentino. Eu não estava preparado. Creio que já lhe disse que Carmona era, para mim, um pai. Um verdadeiro Homem: íntegro, fiel aos seus princípios.

A sua sucessão pôs muitos problemas e o nome de Craveiro Lopes, general da Aviação, embora não correspondesse a uma primeira escolha, acabou por merecer a concordância de vários sectores, incluída a facção que gravitava à volta do Santos Costa. Tinha prestígio militar, era visivelmente afecto ao regime, pertencia a uma Arma que precisava de ser «conquistada» para a nossa causa. E, por que não dizê-lo, não era considerado propriamente um génio.

Enfim, oferecia garantias, como deve compreender. Os primeiros contactos foram agradáveis, embora um tanto difíceis. Tive de lhe explicar, e por diversas vezes, que se deveria aconselhar comigo antes de tomar certas decisões ou aceitar compromissos - de viagens, de actos oficiais. Gradualmente, ele foi aceitando as minhas indicações e acabou, mesmo, por assumir a iniciativa de me enviar os textos dos seus discursos, para eu dar a minha opinião, antes de se tornarem públicos. Por isso, as nossas relações se foram desenvolvendo numa base de entendimento e amizade, que eu muito apreciava. Eu fazia-lhe algumas confidências de ordem pessoal, outras sobre a coisa pública, e parecia-me que ele esperava as minhas visitas com agrado, talvez, até, prazer. «Ah, como o Senhor Doutor vê bem as coisas!», disse-me um dia em que lhe explicava determinada conjuntura, relativa à política que praticávamos em África. Esta admiração assemelhava-se à que o marechal Carmona nutria a meu respeito.

Por via disso, comecei a falar-lhe do meu outro lado, o das minhas «fraquezas», pois também as tinha: as enxaquecas - cíclicas - que me atormentavam, durante dias e noites, as depressões nem sempre controladas a diminuírem a minha capacidade de acção, a saturação que o poder e os homens me começavam a causar. «Ah, Senhor Presidente, qualquer dia, tem de pensar em me substituir!»

Eram os meus desabafos habituais com o presidente Carmona. Eram os desabafos que eu tinha com o Manuel Cerejeira, o Mário de Figueiredo (e que nunca pudera ter com os irmãos que a Providência me negara). E esse foi o princípio da nossa «desgraça». O homem não percebia nada e tomava tudo à letra confundia o virtual com o real. Enfim, pensava que eu queria mesmo deixar a presidência do Conselho de Ministros... Os nossos militares são, realmente, pessoas bem estranhas!

Salazar recuperara o bom humor e animava-se um tanto, embora mantivesse a cadência lenta do discurso, como a concitar-me à tomada de notas.

Estranha actividade, esta minha, a de «biógrafa» do velho, do atormentado Senhor. E que responsabilidade, Deus meu!

Mas Salazar já tinha recomeçado a sua fala:

- O homem era fraco e, o que tornava tudo ainda mais complicado, honesto e convencido de que tinha um papel histórico a desempenhar. Fraco e atreito a influências, a seduções, e os militares do revirinho, que o conheciam, começavam a fazer-lhe o cerco. Esses e alguns políticos de profissão. A América, claro, não perdeu a oportunidade. De tudo isso, chegavam-me ecos vários, por canais que me ofereciam toda a confiança: a Polícia, o Santos Costa.

Mas eu tinha de ter certezas sobre as suas reais intenções: convenci o Mário de Figueiredo a acompanhá-lo ao Brasil. Era viagem de grande significado histórico e acrescentado valor político, não só pela conjuntura que atravessávamos, como pela anterior visita de um presidente da República a Terras de Santa Cruz - o Dr. António José de Almeida -, no longínquo ano de 1922, mas de que os brasileiros ainda guardavam memória, pelo arrebatamento do seu verbo de tribuno inflamado. O Mário de Figueiredo não tinha vontade nenhuma de ir, não se sentia vocacionado para integrar comitivas presidenciais, ainda menos, quando o presidente era um militar. Dizia, mesmo, que tinha mais que fazer do que o aturar. Mas lá o convenci, sem nunca lhe explicar com clareza a minha «recta» intenção - não fosse ele arrepende-se...

Tudo decorreu na normalidade, durante a viagem, e, como eu previra, o Craveiro Lopes passou a querer a companhia do Mário, que ele admirava, tanto pelo seu brilho intelectual, como pelo seu modo de ser. E penso que já foi na viagem de regresso, que o abordou sobre os meus achaques, a minha insistência em querer - um dia - ser substituído. Ficaram-se por aí, mas quando regressaram a Lisboa, o Mário de Figueiredo, em visita de cortesia que lhe fez, ouviu-o expressar, de modo inequívoco, o desejo de me substituir, devido ao cansaço, à doença, à vontade de regressar a Santa Comba Dão, por mim já manifestada. O Mário de Figueiredo reagiu de imediato e disse-lhe qualquer coisa como: «Salazar não se substitui, morrerá no poder».

Craveiro Lopes compreendeu que tinha ido longe de mais, por isso, quando fui a despacho, na semana seguinte, o cavalheiro estava atrapalhado: referiu-me a conversa que tivera com o Mário de Figueiredo e garantiu-me que não me pretendia substituir. Teria sido, tão só, uma «hipótese académica», resultante, em grande parte, de queixas e vontades por mim expressas.

Sosseguei-o, que não se preocupasse, pois compreendia perfeitamente a intenção e até lhe agradecia o cuidado. Pareceu-me ficar contente - com papas e bolos... Mas o seu destino estava traçado, os dias contados - os dias que medeavam entre esse momento e as próximas eleições. E que não eram tão próximas quanto isso...

Assim, tive de continuar a iludi-lo: que ele seria o nosso candidato natural, com certeza, o nome a ser proposto, na sessão da União Nacional. Eu também sabia que a mulher, a D. Berta, andava desconfiada. Fiz-me encontrado com a senhora, numa das visitas de rotina que lhes efectuava (penso que foi durante umas férias que eles passavam em Cascais). Assegurei-lhe que o marido e o país precisavam do seu sacrifício, durante mais cinco anos. Por isso, pedia-lhe que não se preocupasse e que não pensasse, para já, em arranjar casa, como sabia que estava a fazer. No rosto da senhora, li o prazer de poder continuar a ser a primeira dama de Portugal...

Até ao dia da reunião da Comissão Política da União Nacional, convocada expressamente para designar o seu candidato à presidência, mantive-o, mantive-os, na convicção de que ele seria o nosso candidato. Entretanto, já tinha combinado com o almirante Américo Tomás que ele seria o nome proposto.

Como me deu prazer este embuste, como exultei com a vingança que fui urdindo ao longo desses meses - para traidor, traidor e meio... Ah, estes aprendizes de feiticeiro! Logo que a União Nacional designou o Almirante como candidato, apressei-me a comunicar o facto ao Craveiro Lopes. Escrevi-lhe uma carta sibilina, de amabilidades feita, mas... a despedi-lo! Vieram-me dizer, mais tarde, que ele se sentira enganado, humilhado. Mas, vá lá, continuou a exercer as suas funções com a compostura que lhe era habitual (por isso, o promovi a marechal, quando deixou a presidência). Também me contaram que estes acontecimentos teriam apressado a morte da D. Berta. Não o creio, não são coisas que matem ninguém. A senhora morreu porque já estava doente, como é evidente.

Como os dois eram pessoas ingénuas, tão mal preparadas para o exercício do poder!

Se assim é, se assim foi, por que sonho eu com o casal Craveiro Lopes? Por que aterrorizam eles os meus sonhos? Estarei realmente a ficar louco, como os meus «detractores» andam por aí a espalhar? Se em consciência nada me pesa, as coisas já não são tão lineares nesse pântano do absurdo que é o nosso inconsciente. E de que fraquezas somos feitos, quando o manto da noite nos envolve no seu negrume...

Salazar tinha os olhos cheios de água. Tive receio que a comoção lhe agravasse o estado de saúde: chamei o motorista, a enfermeira, pusemo-nos a caminho de Lisboa. Mal saiu da vila, adormeceu e assim veio até S. Bento, amparado por mim e pela enfermeira. Começava a pôr-se o dia e eu pensava no Fernando Pessoa, instalado no «Chevrolet» da sua fantasia, a correr pela estrada de Sintra, ao luar prateado - como a História se cruza, como o destino se entretece... Mistério dos mistérios, o «Mistério da Estrada de Sintra»!

## **Apenas Um Sonho?**

Muito mal dormi eu, esta noite... Acordei pelas duas da manhã e assim fiquei, até vir a luz do dia. Mas pior do que a insónia foi o pesadelo que estive na sua origem. Pesadelo horrível, em que os mortos começavam a levantar-se das suas campas, a deslizarem todos para o mesmo ponto - eu! Eu, rodeado de corpos, de rostos moldados em branco sem cor. Ao princípio, não tinha a certeza de que toda aquela gente estivesse morta, pois não se apresentava sob a forma de cadáver, mas a sua postura, a sua palidez, o seu deslizar entre campas, não deixavam dúvidas sobre o seu estado natural - o da morte. A rodearem-

me, a cercarem-me por todos os lados, sem nada dizerem, sem um gesto, sem um cheiro - solidários com o seu não-ser e com um fito a uni-los: apertarem-me, cada vez mais e mais. Eu estava em pé, no meio de campas rasas, jazigos-família, cruces em pedra, sem me mexer, imobilizado por força que me prendia ao chão. Por mais que perscrutasse o que me rodeava, não vislumbrava lugar para onde fugir. E sempre mortos e mais mortos, a saírem das tumbas, a alinharem-se em filas concêntricas, contra mim. Um anel de frio branco a apertar-me. Quis crer que eram os mortos de Portugal a apresentarem-se ao Juízo Final e que bastaria a eles associar-me para que esta aflição se desfizesse, pois, em última instância, não era nada de pessoal, nada contra mim. Mas sabia que assim não era, que não era possível enganar-me mais, como houvera feito ao longo da vida. Sabia que estes eram os «meus mortos», da terra saídos para o ajuste de contas - os mortos do Tarrafal, os mortos das masmorras da Pide e de todas as minhas outras polícias, os mortos da miséria em que o país viveu, os mortos da minha governação, os «meus mortos». À frente, dois chefes militares, traje de gala, espada em riste, pluma a sair do quépi - o general Dias, a emergir do tórrido sol de Cabo Verde, com o Tarrafal em pano de fundo, o general Godinho, a rebentar as grades da sua prisão. Como os havia esquecido, Deus Meu! Como os havia sepultado nas camadas mais profundas da memória -

mortos e crucificados. Mas nem todos eram meus, esses mortos todos: onde estava o Agostinho Lourenço, carrasco dos carrascos; onde estava o Santos Costa, a comandar o exército do mal? Onde estavam aqueles que ao ouvirem-me dizer «mate-se», não me dissuadiram, mas acrescentavam «esfole-se»? Onde estavam os meus escudos protectores, tão ou mais culpados do que eu? Os cadáveres-fantasma pareciam «ouvir» o meu pensamento, mas continuavam a avançar, cada vez mais próximos, quase a tocarem-me. E eu desprotegido, por todos abandonado, só, a enfrentar os «meus» mortos, que só a mim me queriam, que só a mim responsabilizavam. Tanta foi a aflição, feita do terror que enlouquece, que os meus gritos acordaram a Maria, que o meu estrebuchar atirou com frascos e frasquinhos das mezinhas que estavam em cima da mesa-de-cabeceira. E apenas me acalmei com a pastilha do tranquilizante e a voz da Maria: «Foi só um sonho, já passou...» É espantoso como esta criatura de Deus confia em mim, como crê que tudo o que eu fiz foi bem feito! Quem me dera acreditar, como ela, que tudo tivesse sido apenas um sonho...

Quando Salazar se calou, o seu rosto estava tenso, a boca, um fino traço. E

assim permaneceu até eu me despedir - o seu mundo já não era o nosso.

### **Meu Deus, Meu Deus, Por Que Me Abandonas?**

Era já meia-noite quando me telefonaram: Salazar estava muito mal, o fim aproximava-se. Nos dias seguintes não o consegui ver: estava agitado, as funções fisiológicas alteradas, sujeito a medicação severa, o que contribuía para o mergulhar num estado de letargia que o desligava do mundo e das pessoas.

Ao terceiro ou quarto dia voltaram a telefonar-me: ele pronunciava repetidamente o meu nome, parecia que me queria dizer alguma coisa. Quando o vi, estava irreconhecível, ligado a tubos e máquinas - um ser para a morte.

Aliviado de alguns desses apetrechos de tortura, tentou falar-me, embora com resultados pouco satisfatórios. Mastigava as palavras, silabava qualquer coisa como «Ele está ali». E olhava aterrorizado para a parede do fundo, em frente da cama. Depois de muitos esforços, pareceu-me ouvi-lo pronunciar o nome de



«Godinho». Quando lhe perguntei se era ao general Marques Godinho que se referia, fez-me sinal que sim, com um fechar e abrir de olhos. «Não, Senhor Presidente, não está mais ninguém no quarto, só nós os dois.» Abanou lentamente a cabeça em sinal de discordância. Em esforço cada vez mais evidente, conseguiu articular: «Tenta derrubar... parede... buscar-me... ele... a morte... a minha morte.» E caiu em sonolência, sempre com o corpo atravessado por estremeções, que a medicação já não conseguia controlar.

Não era a primeira vez que Salazar me falava do general Godinho, parecia que ele constituía uma obsessão, presente nos seus sonhos, nos seus pesadelos.

E toda a história desse general de outros tempos me veio à memória.

Governador dos Açores durante a guerra, foi preso em 1947, acusado de pertencer ao grupo de oficiais que queria derrubar Salazar. Interrogado repetidamente nos calabouços da prisão da Trafaria, em encarniçamento desumano dos seus algozes, o general, cardíaco e claustrofóbico, veio a sucumbir, no Hospital Militar da Estrela, no meio do mais horroroso dos sofrimentos. Contava-se que, durante a noite, gritava como um possesso, batendo desesperadamente nas paredes, incapaz de viver, de respirar sequer, no isolamento da sua cela. Todos os pedidos de compreensão, todas as atestações médicas sobre o seu estado de saúde física e anímica esbarraram no muro do silêncio do governo. A razão de tanta crueldade para quem, ainda havia pouco, servira com lealdade o regime, parecia ter uma explicação: o general teria em seu poder um conjunto de cartas que o ministro da Guerra, capitão Santos Costa, lhe havia endereçado quando ele desempenhava funções de governação nos Açores. Essas cartas seriam comprometedoras para o ministro, pelas posições germanófilas nelas assumidas, posições contrárias à política oficial de Portugal e potencialmente lesivas das nossas relações com as potências aliadas, entretanto, saídas vitoriosas da Segunda Guerra Mundial.

Godinho guardaria essas cartas como penhor da sua salvaguarda, mas Santos Costa, esbirro dos esbirros, não se conformava com esse paradeiro incerto das ditas missivas. A morte do general complicou as coisas e o ministro, em desespero de causa, mandou prender a viúva e o filho do militar. Mas estes não davam conta do recado, pois, ou não sabiam onde as cartas paravam, ou ocultavam o seu paradeiro. Por isso, também foi preso o advogado de defesa dos arguidos - o jovem causídico Adriano Moreira - que tinha posto uma acção em tribunal por homicídio voluntário do general. Todos eles acabaram por ser libertados, talvez porque as cartas, entretanto, tivessem aparecido. Se assim foi, quem as teria entregado? Mas existiriam ainda essas cartas ou seria apenas

«bluff» do general Godinho? Essas as versões que constavam. Mistério dos mistérios, que nunca se desvendou.

Este foi um episódio que impressionou os contemporâneos que dele tiveram conhecimento. Salazar estava ao corrente de tudo e... nada havia feito!

Quando acordou, o olhar de Salazar continuava a expressar um terror total - de quem emergia dos infernos e a eles teria de regressar. A sua pronúncia era, agora, mais inteligível e o seu balbuceio menos acentuado: «Ele está dentro... dentro de mim... ele sou eu... tirem-no daqui... Matem-me, não posso continuar a viver neste sofrimento. Meu Deus, meu Deus, por que me abandonas?»

E Salazar voltou a mergulhar no torpor. O tempo da minha visita tinha terminado. O tempo de vida de Salazar também estava a esgotar-se - os seus fantasmas esperavam-no.

DIGITAL  
Source



googlegroups.com

Albano Estrela nasceu no Porto, em 1933, e é Professor Catedrático da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Para além de variadíssimos trabalhos de investigação na sua especialidade, publicou dois livros de poesia e, no âmbito da ficção, O Mapa dos Sabores, Andam Gambozinos por entre as Árvores e Crónicas de um Portuense Arrependido.

Fim

Digitalizado em Fevereiro de 2005

[http://groups.google.com/group/Viciados\\_em\\_Livros](http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros)

<http://groups.google.com/group/digitalsource>